PROGRAMA
CIDADES
SUSTENTÁVEIS

Guia GPS

Gestão Pública Sustentável

www.cidadessustentaveis.org.br/gps

Atualizado com os ODS

OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

Versão RESUMIDA

CRÉDITOS

Produção e conteúdo

1ª versão, lançada em 2013:
parceria entre NEF - Núcleo de Estudos do Futuro - PUC-SP
e secretaria executiva do Programa Cidades Sustentáveis

Versão atual, lançada em maio de 2016:
secretaria executiva do Programa Cidades Sustentáveis

Projeto Gráfico

Agência Frutífera

São Paulo, maio de 2016.

Realização

PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS

REDE NOSSA SÃO PAULO

Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis

INSTITUTO ETHOS

**Todos os conteúdos, produtos, software, capacitações e serviços oferecidos pelo Programa Cidades Sustentáveis são disponibilizados gratuitamente para prefeituras e organizações da sociedade civil.
Não estão autorizadas quaisquer vendas, prestações de serviços ou consultorias em nome do Programa Cidades Sustentáveis.**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 4

GOVERNANÇA 14

BENS NATURAIS COMUNS 19

EQUIDADE, JUSTIÇA SOCIAL E CULTURA DE PAZ 27

GESTÃO LOCAL PARA A SUSTENTABILIDADE 35

PLANEJAMENTO E DESENHO URBANO 40

CULTURA PARA A SUSTENTABILIDADE 44

EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE DE VIDA 48

ECONOMIA LOCAL DINÂMICA, CRIATIVA E SUSTENTÁVEL 53

CONSUMO RESPONSÁVEL E OPÇÕES DE ESTILO DE VIDA 62

MELHOR MOBILIDADE MENOS TRÁFEGO 68

AÇÃO LOCAL PARA A SAÚDE 73

DO LOCAL PARA O GLOBAL 78

APRESENTAÇÃO

O mundo atravessa um período de rápidas transformações socioeconômicas, ambientais, tecnológicas e culturais, acompanhadas por intensa urbanização e pela forte sensação de que há uma crise de governança e de valores para alcançar uma visão de futuro capaz de enfrentar os desafios que se colocam neste ritmo acelerado. O Brasil está inserido diretamente neste contexto.

Uma das mais difíceis questões que desafiam o Brasil e tantos outros países é:

como equilibrar
o desenvolvimento econômico

com a sustentabilidade ambiental e a justiça social, por meio de uma governança transparente e democrática?

Para a construção desta resposta, não cabem mais escolhas que abordem o problema de forma fragmentada ou parcial — a questão é complexa e deve ser enfrentada de forma sistêmica e horizontal. Não há o que deixar de lado momentaneamente para tentar resolver depois. A crise socioeconômica mundial precisa ser solucionada dentro dos limites naturais que o próprio planeta impõe, revertendo tendências de mudanças climáticas extremas e de esgotamento dos recursos naturais, além de superar a inaceitável desigualdade social. Portanto, deve-se ter em conta que a dimensão temporal do problema é real, e que não há mais tempo a perder.

Mas, se por um lado há um mal-estar social com os efeitos provocados por essa crise sistêmica, por outro abrem-se oportunidades criativas que permitem um volume de compartilhamento de informações, conhecimentos e experiências práticas, por meio de novas ferramentas tecnológicas, em tempo real. A disseminação de tais ferramentas virtuais está levando à formação de grandes redes organizadas ao redor do mundo que buscam soluções efetivas e inovadoras à complexidade do processo em curso.

Desde 2011, a Rede Nossa São Paulo, a Rede Social Brasileira por Cidades Justas, Democráticas e Sustentáveis e o Instituto Ethos, em parceria com diversas outras organizações e redes nacionais e internacionais, disponibilizam um conjunto de ferramentas para contribuir com a construção dessa visão de futuro aliada a processos transparentes e participativos: o Programa Cidades Sustentáveis. Um programa em constante construção, mas que tem como ponto de partida a constatação de que é possível, necessário e urgente implementar um novo paradigma de desenvolvimento.

É possível porque o Programa Cidades Sustentáveis alia a ideia de mudança às oportunidades e experiências que já estão disponíveis para serem colocadas em prática na construção de um novo modelo de desenvolvimento. É necessário porque, nas últimas décadas, construiu-se um consenso mundial de que nosso modelo de desenvolvimento vem causando uma sistemática destruição dos recursos do planeta, colocando em risco a continuidade da própria espécie humana. E é urgente porque também há um consenso de que a capacidade de governança e enfrentamento da crise socioambiental planetária ainda não corresponde à velocidade do processo de destruição dos recursos naturais e das mudanças climáticas em curso.

O sistema ONU vem atuando mais fortemente neste sentido, buscando mobilizar seus quase 200 estados-membros a assumirem a gravidade do diagnóstico e a se comprometerem com acordos e metas que deem respostas globais e concretas para a humanidade e a crise planetária.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a COP-21

Aprovados na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (25-27 de setembro 2015),

os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030)

reúnem **17** objetivos globais

e **169** metas

com o propósito de acabar com a pobreza até 2030 e promover universalmente a prosperidade econômica, o desenvolvimento social e a proteção ambiental.

O compromisso foi assumido

pelos **193**

Estados-membros das Nações Unidas, entre eles o Brasil.

São baseados em **5 P's**:

Pessoas,
Prosperidade,
Paz,
Parcerias e
Planeta.

Embora de natureza global e universalmente aplicáveis, os ODS dialogam com as políticas e ações nos âmbitos regional e local.

Processo iniciado em 2013, seguindo mandato emanado da Conferência Rio+20, os ODS devem orientar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional nos próximos quinze anos, sucedendo e atualizando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

A implementação dos ODS é um desafio que requer uma parceria com a participação ativa de todos, incluindo governos, sociedade civil, e setor privado.

Estas metas serão acompanhadas por um conjunto de indicadores para que governos, sociedade civil e empresas revejam suas ações e prioridades em favor de um novo modelo de desenvolvimento capaz de recolocar a humanidade no planeta e o planeta na humanidade.

Em dezembro de 2015 ocorreu outra iniciativa fundamental da ONU, a 21ª Conferência das Partes (COP-21) da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), quando foi aprovado por consenso um novo acordo global de combate aos efeitos das mudanças climáticas.

O Acordo de Paris prevê **reduzir as emissões de gases de efeito estufa em todas as regiões do planeta** e foi consensuado

pelos **195** Estados Partes.

Ele prevê manter **o aquecimento global**

abaixo dos **2°C**

e destaca a importância de garantir esforços para que o aumento da temperatura na terra

não ultrapasse **1,5°C**

acima dos níveis pré-industriais.

No contexto brasileiro, destaca-se a fundamental participação das cidades no cumprimento dos desafios propostos e acordados nos ODS e na COP-21.

Exemplo disso é a meta de reduzir

a emissão de gases de efeito estufa no Brasil.

Para alcançarmos tais resultados, é de extrema importância que os municípios protagonizem ações como reestruturar os sistemas de mobilidade urbana e priorizar o planejamento para reduzir o uso de combustível de base fóssil no transporte público, entre outras iniciativas. O País pretende também zerar o desmatamento na Amazônia Legal e restaurar 12 milhões de hectares de florestas até 2030, uma área equivalente ao território da Inglaterra.

O Programa Cidades Sustentáveis, com esta publicação, atualiza-se com as decisões pactuadas por quase 200 países, incorporando as metas e indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e da COP-21, principalmente aquelas que poderão ser implementadas em nível municipal e regional — justamente onde as prefeituras têm o protagonismo central dessa governança.

Uma das soluções que o Programa Cidades Sustentáveis (e em particular este Guia de Gestão Pública Sustentável – GPS) propõe é a promoção, a partir das prefeituras, de sinergias entre os avanços científico-tecnológico, sociocultural e institucional, que harmonizem os processos e impactos do desenvolvimento em nível local, tornando-o sustentável. Além disso, o objetivo é estimular sempre a participação dos cidadãos como forma de contribuir para a melhoria da qualidade de vida de cada região, aproveitando a troca de informações e experiências em níveis local e global.

Foi com essa finalidade, de melhorar a qualidade de vida das populações que residem nos municípios brasileiros em sintonia com as transformações globais, que a Rede Nossa São Paulo iniciou em 2007 esse movimento, logo ampliado com a Rede Social Brasileira por Cidades Justas, Democráticas e Sustentáveis, responsáveis pela promoção do Programa Cidades Sustentáveis em todo o País.

Com este Guia da Gestão Pública Sustentável (GPS), que contou também com a colaboração do Núcleo de Estudos do Futuro da PUC-SP, colocamos à disposição das prefeituras brasileiras um conjunto de conceitos, ferramentas, metas, indicadores e práticas exemplares de políticas públicas em diversas cidades do mundo para que a gestão pública municipal possa se aperfeiçoar e avançar em planejamentos inovadores e sintonizados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

A gestão das cidades no momento atual

A realidade dos municípios: a urbanização progressiva

Mais da metade da humanidade vive hoje nas cidades — percentual que deverá chegar a **60% em 2030**, de acordo com as estimativas. Na América Latina, o Brasil é o país mais urbanizado, resultado de um intenso processo de estruturação das cidades iniciado na década de 1950, que provocou a concentração de **86,53% de sua população nas áreas urbanas**.

De acordo com o relatório "Perspectivas da Urbanização Mundial 2014" das Nações Unidas, esse percentual poderá chegar a mais de **90% até 2050.**

O crescimento acelerado e sem sustentabilidade nas cidades é um dos maiores desafios para o futuro da humanidade. Os municípios concentram os mais graves problemas globais como pobreza, desigualdade social, poluição, dificuldades de mobilidade, falta de saneamento básico, habitações precárias, violência e impacto das mudanças climáticas. Nesta lógica, se é nas cidades que os problemas globais se manifestam, é também nelas que se concentram os recursos humanos, tecnológicos e políticos necessários para superá-los.

Como forma de dar instrumentos aos municípios para enfrentarem essa situação, a Constituição Federal

de 1988 instituiu um processo de descentralização das políticas públicas, proporcionando maior protagonismo aos municípios e à participação da sociedade como eixos centrais do período de redemocratização que se consolidou com a Carta Magna.

Com efeito, as prefeituras brasileiras passaram a ser protagonistas nos processos de decisão. E justamente por isso é necessário estabelecer novos modos de planejar, governar, produzir e consumir nas cidades a fim de garantir a construção de cidades inclusivas, prósperas, criativas, educadoras, saudáveis e democráticas, que proporcionem uma boa qualidade de vida aos cidadãos e que permita a participação da sociedade em todos os aspectos relativos à vida pública.

A gestão das cidades requer uma abordagem sistêmica

Para a elaboração de um planejamento urbano moderno, é necessária uma abordagem sistêmica pautada na sustentabilidade, que seja capaz de captar as relações entre os diferentes campos que interagem no município: econômico, cultural, social, ecológico, tecnológico, tributário, demográfico etc.

O plano deverá envolver os diversos órgãos municipais relacionados a esses temas e realizar uma análise integrada das informações.

O planejamento estratégico baseado em uma abordagem sistêmica e participativa deve considerar, assim, a execução dos projetos sob uma visão de curto, médio e longo prazos, a fim de assegurar a continuidade dos programas, especialmente das obras de infraestrutura, normalmente mais demoradas. Também deve estabelecer metas que possam ser monitoradas publicamente ao longo do tempo. Tais diretrizes devem estar contempladas no Plano Diretor e no Plano Plurianual, como veremos abaixo.

O Plano Diretor

Exigido pela Constituição para municípios com mais de 20 mil habitantes, o Plano Diretor é o instrumento da política de desenvolvimento urbano. Seu principal objetivo é oferecer condições para o desenvolvimento local, ao possibilitar uma compreensão dos fatores políticos, econômicos e territoriais relativos ao município.

Os princípios que norteiam o Plano Diretor estão contidos no Estatuto da Cidade, documento no qual o plano está definido como instrumento básico para orientação da política de desenvolvimento e de ordenamento da expansão urbana do município (Estatuto da cidade, 2002).

O Plano Plurianual (PPA)

Também determinado pela Constituição Federal, o Plano Plurianual especifica os gastos anuais da administração municipal que serão destinados a obras e projetos estabelecidos no plano de ação governamental ou no Plano Diretor. O PPA deve ser elaborado no primeiro ano de gestão do prefeito eleito, abrangendo o período de quatro anos da gestão municipal, com vigência a partir do segundo ano da administração, até o primeiro ano da gestão posterior.

O Programa Cidades Sustentáveis

O Programa Cidades Sustentáveis nasceu por iniciativa da sociedade civil organizada, com o objetivo de contribuir para a sustentabilidade das cidades brasileiras, buscando melhorar a qualidade de vida e o bem-estar da população em geral.

PROGRAMA
CIDADES
SUSTENTÁVEIS

A carta-compromisso

Em 2012, o Programa Cidades Sustentáveis lançou uma Carta-Compromisso destinada aos partidos políticos, candidatos e prefeitos, com o intuito de orientar os gestores públicos e garantir que atuem, de fato, em prol do desenvolvimento sustentável nas cidades.

Na prática, essa carta representa um compromisso por parte dos gestores em trabalhar prioridades administrativas que levem em consideração as variáveis econômicas, sociais, ambientais e culturais, de acordo com o contexto local.

O Programa teve a adesão de prefeitos e prefeitas

incluindo **22** capitais e o Distrito Federal,

contribuindo para o surgimento de observatórios de indicadores

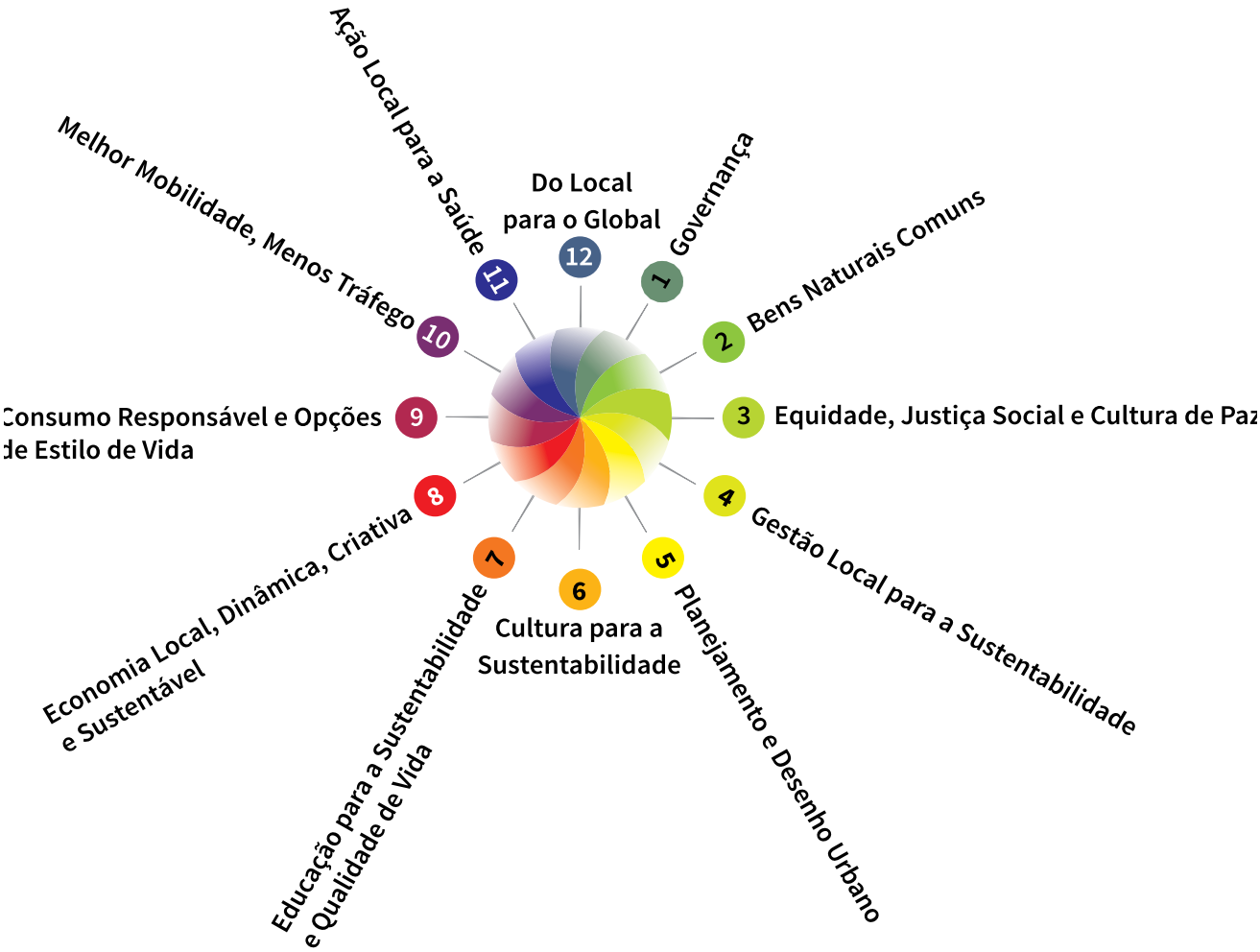
em **105** destes municípios,

que puderam aprimorar seus planejamentos e implantar políticas públicas inovadoras em suas gestões, trocando experiências e participando de uma rede de cidades comprometidas com o desenvolvimento sustentável.

Considerando o processo eleitoral de 2016 e a incorporação dos ODS na nova plataforma do Programa Cidades Sustentáveis, a carta-compromisso foi atualizada e está à disposição de partidos políticos e candidatos às prefeituras municipais que tenham interesse em fazer parte deste movimento inédito no Brasil na construção de cidades mais justas, democráticas e sustentáveis. Será uma grande oportunidade de sensibilizar os candidatos para que assumam compromissos alinhados com o PCS e com a implementação e municipalização dos ODS.

Os 12 eixos temáticos do Programa Cidade Sustentáveis

Como vimos, o Programa Cidades Sustentáveis tem como objetivo contribuir com as equipes responsáveis nas prefeituras para desenvolver seu Plano Diretor e estabelecer Metas Estratégicas. Para isso, propõe que esse processo seja baseado em diretrizes, indicadores e metas, organizadas em 12 eixos temáticos:



Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas que correspondem ao âmbito municipal foram organizados nos 12 eixos, assim como os respectivos indicadores que fundamentam o diagnóstico e planejamento das gestões municipais.

O planejamento estratégico para o Programa Cidades Sustentáveis

Cidades bem-sucedidas na concepção e na execução do Plano Diretor e do Plano de Metas utilizaram os indicadores, o mapeamento dos projetos e os conhecimentos inovadores já existentes e verificaram se estavam alinhados à visão de futuro do município.

Perguntas norteadoras para iniciar o processo

As perguntas relacionadas abaixo podem servir para focar as reflexões da equipe de planejamento como ponto de partida. Elas constituem um check-up da situação atual e, à luz de suas respostas, permitem a visualização do que será preciso realizar ao longo das gestões atual e futuras:

01 Como o Programa Cidades Sustentáveis pode ajudar a avaliar a situação geral do município, superar desafios e identificar caminhos que o levem na direção de um futuro desejado?

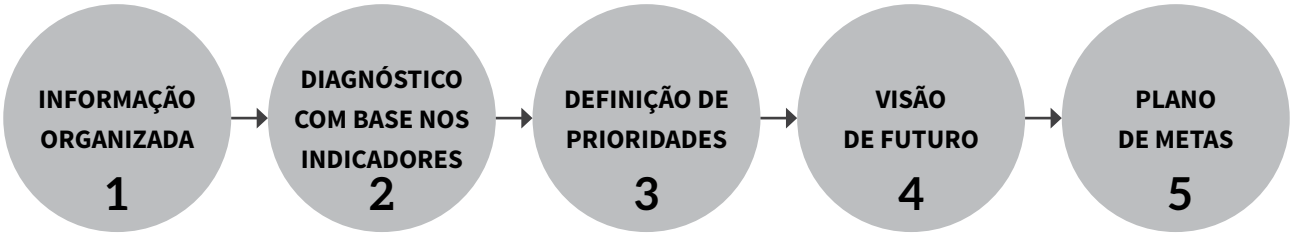
02 De que forma a divulgação do Programa Cidades Sustentáveis pode ajudar a mobilizar a administração do município e a sociedade em geral?

03 Haverá uma equipe responsável pela elaboração do diagnóstico inicial, do planejamento, da implementação e do monitoramento do programa?

04 A equipe de governo está alinhada aos compromissos assumidos e disposta a utilizar as ferramentas oferecidas pelo Programa Cidades Sustentáveis?

05 Que tipo de parcerias, apoios e convênios externos seriam necessários para desenvolver o programa?

O passo a passo do planejamento



1 INFORMAÇÃO ORGANIZADA - coleta, organização da informação sobre os indicadores e diagnóstico preliminar

O planejamento das metas necessita de dados referentes aos respectivos indicadores, os quais precisam ser coletados, organizados e analisados previamente. Após a organização dos dados, o passo seguinte é a descrição de um diagnóstico da cidade.

2 DIAGNÓSTICO COM BASE NOS INDICADORES

O diagnóstico deve exprimir as perspectivas interna e externa que se têm do município. No âmbito interno, entender como a visão sobre o funcionamento do município isoladamente, considerando seus pontos fortes (quais os indicadores já atingiram as metas sugeridas ou estão próximos de atingir) e fracos (quais indicadores possuem valores distantes das metas sugeridas).

Externamente, deve-se visualizar o município inserido em sua região, seu estado e o País, levando em conta as oportunidades oferecidas e responsabilidades assumidas no âmbito dessas três esferas. Simultaneamente, é necessário projetar possíveis ônus que as dinâmicas nos contextos regional, estadual e federal possam trazer à cidade.

FORÇAS
Os pontos fortes da cidade em cada eixo temático

FRAGILIDADES
As fragilidades da cidade em cada eixo temático

OPORTUNIDADES
As oportunidades para a cidade se destacar positivamente em cada eixo temático

AMEAÇAS
Situações que podem impedir ou prejudicar o Plano de Metas

O diagnóstico deverá ser feito para cada eixo do Programa Cidades Sustentáveis, considerando os indicadores propostos.

EXEMPLO:

Eixo Temático: **Bens Naturais Comuns**

FORÇAS
- Rica biodiversidade
- Diferentes ecossistemas
- Programa de reciclagem estruturado
- Sociedade civil atuante
- Polo empresarial dinâmico

FRAGILIDADES
- Pouca área verde por habitante
- Baixa consciência ambiental da população e do setor empresarial.

OPORTUNIDADES
- Região tornando-se polo tecnológico do estado
- Localização geográfica que permite o desenvolvimento de energia eólica

AMEAÇAS
- Exigência de qualificação da mão de obra jovem
- Baixo investimento em educação.

3 DEFINIÇÃO DOS INDICADORES

Feita a análise das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, à luz de uma visão de futuro para a cidade, a equipe responsável terá condições de identificar quais indicadores são mais críticos e requerem maior esforço da gestão pública, de forma a pautarem o planejamento municipal. É fundamental que as prioridades elencadas sejam construídas de forma participativa e sejam projetadas no tempo de sua realização, de forma que tenham permanência nas políticas públicas para além de uma gestão, sejam monitoradas pela sociedade e consigam atingir as metas de melhoria daquela área específica.

4 A VISÃO DE FUTURO DAS CIDADES

Cada cidade precisa ter, como elemento agregador de toda a sociedade, uma visão do que pretende alcançar segundo sua vocação, que pode ser turística, cultural, histórica, natural, científica, industrial ou com diversas combinações. É importante agregar os atores sociais do território nesse planejamento de futuro para que a escolha de rumos tenha legitimidade e seja bem-sucedida ao longo dos anos.

Como conceber uma visão de futuro?

As diferentes concepções sobre as cidades do amanhã são cada vez mais importantes em todos os níveis. Atualmente, buscam-se modelos de gestão para a sustentabilidade com características humanitárias e que equilibrem os fatores econômicos e ambientais.

Uma visão para o futuro do município deve ser resultado de uma construção da imaginação coletiva, descrita em termos claros, visando incentivar as ações e mostrar a direção a médio e longo prazos do Plano de Metas. Tal exercício imaginativo pode ser realizado por meio de metodologias apropriadas, reunindo equipes técnicas especializadas, sociedade civil e encontros entre moradores e representantes do Poder Público.

As visões de futuro devem partir de diagnósticos realistas, mas precisam ter projeções otimistas. O objetivo é engajar amplos segmentos em expectativas favoráveis ao planejamento local.

Como exemplos de tais visões estão:

- Ser uma cidade reconhecida nacionalmente pela melhor política de saúde;
- Estar entre os mais altos IDHs do Brasil (e da América Latina);
- Alcançar todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030 e, por tal feito, conquistar reconhecimento mundial;
- Ser referência latino-americana em mobilidade urbana sustentável;
- Ser um polo brasileiro de bem-estar e de qualidade de vida;
- Ser um destino reconhecido de turismo sustentável.

5 A ELABORAÇÃO DO PLANO DE METAS

O Plano de Metas deve apontar as prioridades da gestão: as ações estratégicas, os indicadores e metas quantitativas para cada um dos setores da administração pública municipal e deve considerar critérios, como a promoção do desenvolvimento sustentável, inclusão social e respeito aos direitos humanos.

EXEMPLO:

Eixo: **Ação Local para a Saúde**

A. Informação organizada

INDICADOR: proporção de leitos hospitalares públicos e privados disponíveis por mil habitantes do município.

REFERÊNCIA DE META segundo a Organização Mundial da Saúde: mínimo de 2,5 leitos hospitalares para cada mil habitantes.

B. Diagnóstico

O município conta com apenas 1 leito hospitalar para cada mil habitantes, portanto, abaixo do padrão indicado pela Organização Mundial da Saúde.

C. Meta

Dotar o município do número de leitos hospitalares que atendam a população de forma adequada.

Prioridade: alta

D. Visão de futuro

Ser uma cidade reconhecida por ter uma política de saúde com nível de excelência segundo os padrões internacionais.

EXEMPLOS DE PLANOS DE METAS:

• Barueri (SP)
http://indicadores.cidadessustentaveis.org.br/static-user/user_111_programa_metas_planometas_barueri.pdf

• Petrópolis (RJ)
http://indicadores.cidadessustentaveis.org.br/static-user/user_115_programa_metas_apresentacao_completa_plano_de_metas_pcs1.pdf

• São Paulo (SP)
http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/arquivos/programasdemetas/plano-de-metas-saopaulo-2013-2016.pdf

Benefícios do Plano de Metas

A exigência da elaboração de um Plano de Metas para os quatro anos da gestão, que seja complementado pela demonstração de indicadores de resultados e prestação de contas periódica à sociedade, significa, antes de tudo, investir no aperfeiçoamento da administração pública, na sua modernização democrática e na busca pela eficiência e qualidade dos serviços prestados à população. O Plano de Metas possibilitará o bom planejamento e execução orçamentária, proporcionando maior capacidade de previsibilidade, eleição de prioridades, supressão de desperdícios e ganhos de produtividade. Isso permitirá ampliar a capacidade de realização da gestão.

Além disso, também se destacam entre os benefícios do Plano de Metas: a consolidação programática dos partidos políticos e de suas propostas eleitorais; e a promoção da participação, transparência e ampla corresponsabilidade social em relação à execução das políticas públicas.

12 eixos do Programa Cidades Sustentáveis e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

A seguir, apresentamos, em detalhes, cada um dos **12 eixos** com embasamento teórico e conceitual sobre as mais diversas áreas da gestão e seu impacto no desenvolvimento sustentável, relacionando os ODS com os quais o eixo dialoga e contextualizando-os no âmbito da esfera municipal de governos, listando os indicadores relacionados e apontando referências bem-sucedidas, ou seja, políticas públicas municipais que já estão dando certo em cidades no Brasil e no mundo.

Fonte de informação para planejamento, gestão e tomada de decisões na administração pública, a publicação visa contribuir com a capacitação de gestores municipais para implementarem planos de metas que contemplem o desenvolvimento sustentável.

Todo o material está à disposição no portal *www.cidadessustentaveis.org.br*

GOVERNANÇA

O que entendemos por Governança

O conceito de Governança se fundamenta na articulação entre o sistema político-administrativo, que rege o processo decisório na esfera pública, e os diferentes atores sociais dos territórios municipal, estadual ou federal. Neste sentido, Governança engloba a forma como o território se organiza politicamente e a participação dos diferentes segmentos da sociedade civil nos espaços de tomada de decisão. Uma gestão moderna e democrática deve combinar as diretrizes político-partidária do governante com mecanismos de atuação direta da sociedade nas decisões administrativas, sempre respeitando a diversidade e construindo instrumentos que fomentem a igualdade em diferentes níveis.

O objetivo é modificar, gradualmente, a concepção de "poder público" para "serviço público", a fim de que se estabeleçam, cada vez mais, parcerias entre governo e cidadãos. O diálogo entre os gestores públicos e a sociedade será bem-sucedido na medida em que incluir o maior número de setores civis, como ONGs, empresas, sindicatos, universidades, meios de comunicação, entre outros. Deve prever também a transparência, a prestação de contas e o livre acesso às informações da gestão pública.

Em conformidade com os novos parâmetros de desenvolvimento da ONU, esse eixo do Programa Cidades Sustentáveis dialoga com os ODS:

Objetivos e metas

Objetivo geral

- Fortalecer os processos de decisão com a promoção dos instrumentos da democracia participativa, fomentando a igualdade em suas múltiplas dimensões.

Todo prefeito é eleito para representar os cidadãos e, sempre que possível, atender às suas expectativas. Entretanto, com o avanço da modernização democrática associada à complexidade da sociedade contemporânea, é desejável a estruturação de mecanismos de democracia direta que possibilitem a participação e a abertura de canais de diálogo do Executivo com diversos segmentos sociais e correntes de pensamento. O propósito é construir decisões amplamente majoritárias, que fortaleçam a realização das prioridades e dos objetivos comuns de curto, médio e longo prazos do município.

Objetivos Específicos

- Estabelecer diretrizes estratégicas para o trabalho em conjunto do poder público com a sociedade organizada. Desse trabalho podem nascer ideias que valorizem os aspectos positivos das cidades, apontem soluções coletivas e consensuadas para problemas cotidianos, a exemplo de enchentes, falta de creches ou de postos de saúde, assim como para construir a visão de futuro dos municípios e seus planos diretores estratégicos.

- A transparência nas informações sobre as políticas públicas, os dados orçamentários e a escolha dos parceiros comerciais é a base de confiança para o processo participativo.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e metas específicas

Destaca-se aqui o incentivo às políticas voltadas para a mulher, com foco no empoderamento de meninas e mulheres para o exercício pleno da cidadania e participação ativa na política.

ODS 5: Igualdade de gênero

Alcançar igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

Nas eleições de 2014 houve um crescimento de

46% no número de candidatas em comparação com o pleito de 2010.

Dos **25 mil** candidatos aos cargos do executivo e legislativo em todo o Brasil,

mais de **7 mil** eram mulheres.

Entretanto, após a eleição, a representação feminina caiu significativamente: em 2014 foram eleitas **51 mulheres** para o Congresso Nacional. O que representa apenas **10% do total** de parlamentares.

A disparidade de gênero no universo político-partidário brasileiro também ocorre em âmbito municipal. Em 2012, de acordo com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, 31,9 % dos candidatos aos cargos de vereadores nas eleições municipais eram mulheres, e estas constituíram apenas 13,3% dos eleitos - praticamente a mesma queda que teve o número de representação feminina nas eleições gerais.

Assim, em busca da ampliação da participação política de todos e todas nos processos decisórios, coloca-se a necessidade de construir ferramentas e procedimentos institucionais que impulsionem o papel político das mulheres.

Meta ODS 5

✔ **Meta 5.5** garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.

ODS 10: Redução das desigualdades

Reduzir a desigualdade entre os países e dentro deles.

A busca por uma sociedade igualitária e democrática está diretamente relacionada à inclusão social e política. Este objetivo atenta para a importância de eliminar leis de caráter discriminatório, especialmente no tratamento com os imigrantes.

O Brasil constituiu-se historicamente como o país de chegada de importantes fluxos migratórios. Segundo dados do Conare (Comitê Nacional para os Refugiados), órgão ligado ao Ministério da Justiça, 2.077 sírios receberam status de refugiados do governo brasileiro de 2011 até agosto de 2015. Trata-se da nacionalidade com mais refugiados reconhecidos no Brasil, à frente da angolana e da congolesa.

Neste contexto, é imprescindível não apenas acolher de forma digna aqueles que chegam no país, com a promoção de programas e projetos de inserção social e econômica, mas também criar estratégias para incluí-los no mundo político com o fortalecimento do seu poder de voz e decisão.

Meta ODS 10

✔ **Meta 10.2 até 2030**, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.

ODS 16: Paz, Justiça e Instituições eficazes

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os sentidos

O exercício pleno da cidadania demanda a construção de instituições sólidas, transparentes e com instrumentos de participação popular. É preciso garantir o acesso à justiça para todos e o fortalecimento das bases que sustentam o desenvolvimento de um Estado de Direito.

Mecanismos de controle social são estratégicos para garantir uma boa gestão. Além do acompanhamento do trabalho realizado pela gestão e da participação direta na construção de políticas públicas, tais ferramentas permitem o monitoramento e o combate a um dos grandes obstáculos de uma boa governança: a corrupção.

Em 2005, a ONU criou a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, cujo principal objetivo é construir regras e caminhos para reconhecer, coibir e punir crimes desta ordem. No Brasil, o diálogo com esta convenção se dá principalmente por meio da Controladoria Geral da União (CGU), responsável pela criação da Escala Brasil Transparente (EBT), uma metodologia para avaliar o grau de cumprimento de dispositivos da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011).

Metas ODS 16

✔ **Meta 16.3** promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos.

✔ **Meta 16.5** reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas.

✔ **Meta 16.6** desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.

✔ **Meta 16.7** garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.

✔ **Meta 16.10** assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.

Os Indicadores e seus benefícios

Os indicadores podem ajudar a promover não só a inclusão e a justiça social, mas a necessária cidadania e a governança participativa.

Indicadores referentes ao eixo Governança

GOVERNANÇA

- 1 Acessibilidade nos espaços públicos
- 2 Acesso à justiça
- 3 Acessos negados no sistema de informação ao cidadão
- 4 Conferências Municipais
- 5 Conselhos Municipais
- 6 Dados em formato aberto
- 7 Espaços de participação deliberativos e audiências públicas na cidade
- 8 Funcionários públicos investigados por corrupção
- 9 Funcionários públicos que sofreram ação administrativa
- 10 Indivíduos que utilizaram o governo eletrônico
- 11 Lei de Acesso à Informação regulamentada
- 12 Mecanismos de Democracia Direta
- 13 Mulheres em cargos gerenciais no governo do município
- 14 Mulheres no comando das secretarias do governo Municipal
- 15 Negros em cargos gerenciais no governo do município
- 16 Orçamento executado decidido de forma participativa
- 17 Órgãos de controle e combate à corrupção
- 18 Ouvidoria
- 19 Paridade de gênero nos Conselhos Municipais
- 20 Participação de adolescentes e jovens em instâncias deliberativas
- 21 Pedidos respondidos no sistema de informação ao cidadão
- 22 Pessoas com deficiência empregadas no governo do município
- 23 Políticas públicas regionalizadas
- 24 Portal da Transparência
- 25 Presença de Vereadoras na Câmara Municipal
- 26 Processos municipais por corrupção
- 27 Programa de Metas
- 28 Recursos e reclamações registrados no sistema de informação ao cidadão
- 29 Sistemas de controle e combate à corrupção
- 30 Sistemas inteligentes e transparentes de contratação e licitação
- 31 Usuários de internet por tipos de serviço do governo eletrônico

Como fazer?

Para sintetizar os conceitos apresentados sobre Governança, seguem abaixo exemplos práticos bem-sucedidos que podem servir como referência ou inspiração para o seu município:

Erechim, RS

Ouvidoria Municipal como um canal de cidadania

Em 2011 foi implantado um novo modelo de ouvidoria municipal na Cidade de Erechim denominado "Ouvidoria Ativa". A iniciativa representou a efetivação de um canal de interlocução mais humano entre as demandas da comunidade e os serviços prestados pela prefeitura. A Ouvidoria Ativa busca o munícipe para ouvir sua opinião sobre o serviço utilizado e, com isso, contribuir para melhorar a qualidade e a eficiência da administração pública. Esse trabalho de pós-atendimento destaca-se como exemplo de inovação.

Desde a reorganização da ouvidoria, foram registrados 138.499 contatos de pós-atendimento e 11.555 demandas recebidas — e 79,13% destas tiveram resolução positiva por parte da prefeitura. No total, foram 150.054 registros de atendimentos em cinco anos de atuação, representando uma média de 150 contatos por dia.

http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas/ouvidoria-municipal-de-erechim-um-canal-de-cidadania

Lisboa, Portugal

Orçamento Participativo é deliberativo

O Orçamento Participativo de Lisboa é um processo deliberativo, que confere efetivo poder de decisão aos cidadãos para apresentarem propostas para a sua cidade e votarem nos projetos para serem incluídos no Plano de Atividades e Orçamento da Câmara Municipal de Lisboa. As propostas podem ser apresentadas online e nas Assembleias Participativas.

Nos ciclos do orçamento participativo de Lisboa, entre 2008 e 2015, 5.208 propostas foram apresentadas, 1.647 projetos foram à votação, 88 projetos foram aprovados com o total de 179.272 votos e € 28.825.668,00 foram investidos.

http://cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas/lisboa-participa

Conheça outras iniciativas relacionadas ao eixo Governança em
http://cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas

BENS NATURAIS COMUNS

O que entendemos por Bens Naturais Comuns

O conceito de Bens Naturais Comuns compreende os elementos do meio físico, tais como a água, o solo e o ar, e os diferentes ecossistemas terrestres que, além de necessários para sustentar a vida humana, comportam diferentes espécies da fauna e da flora brasileira, e cuja variedade denomina-se biodiversidade (http://www.mma.gov.br/biodiversidade/biodiversidade-brasileira).

O Brasil destaca-se internacionalmente por ser um dos países com maior biodiversidade de flora e fauna do planeta e, para preservar essa riqueza natural, precisa de políticas públicas locais que racionalizem o acesso e a utilização desses recursos, bem como protejam suas reservas e recuperem suas áreas degradadas. É imprescindível que uma cidade sustentável seja administrada sob diretrizes que promovam os recursos hídricos e a biodiversidade e incentivem o reflorestamento, a preservação do solo e a boa qualidade do ar.

Neste contexto, torna-se necessária a promoção de políticas públicas que visem ao equilíbrio entre intervenções urbanas e preservação ambiental. Recomenda-se trabalhar com seus habitantes e entes municipais a prática do consumo consciente, o reaproveitamento e reciclagem de produtos e a compostagem dos rejeitos. Como exemplos estão as políticas que incentivam a produção de energias renováveis (eólica e solar), a utilização de combustíveis de origem de biomassa (como etanol e biodiesel), e as atividades agrícolas e agropecuárias que não façam exploração predatória nem contaminem o meio ambiente.

Em conformidade com os novos parâmetros de desenvolvimento da ONU, esse eixo do Programa Cidades Sustentáveis dialoga com os ODS:

Objetivos e metas

Objetivo geral

- Assumir plenamente as responsabilidades para proteger, preservar e assegurar o acesso equilibrado aos bens naturais comuns.

A maior parte dos municípios brasileiros tem sob sua responsabilidade enormes extensões territoriais, que compõem porções significativas de nossas riquezas naturais. Com a grande concentração populacional nas cidades, é importantíssimo não descuidar do território municipal/regional como um todo, assim como é vital controlar a pressão sobre os recursos naturais que o crescimento urbano muitas vezes ocasiona. Os bens naturais são finitos e as gestões municipais devem zelar pelo seu uso racional, a fim de preservá-los ao longo dos anos.

Cidades mais compactas, que ocupem porções modestas do território municipal e que busquem uma relação cada vez mais harmônica com todo o entorno natural (assim como incentivem a adoção de práticas agrícolas e agropecuárias sustentáveis e a recuperação e proteção de seus bens naturais) serão, certamente, as cidades do futuro. E somente estas poderão oferecer melhor qualidade de vida e seguranças hídrica e alimentar, além de evitar mudanças climáticas intensas e eventos extremos.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e metas específicas

Destaca-se o cuidado com os elementos do meio físico, da fauna e da flora, sempre em relação à interação social exigida e necessária para corresponder aos parâmetros de desenvolvimento sustentável.

ODS 2: Fome zero e agricultura sustentável

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

O desenvolvimento sustentável tem como pressuposto a convivência harmônica entre os ecossistemas naturais e a sociedade. Neste contexto, torna-se necessária a promoção de políticas públicas que proporcionem o equilíbrio entre as intervenções urbanas, o desenvolvimento rural e a preservação ambiental. A manutenção das áreas verdes, em especial daquelas próximas aos centros urbanos, é fundamental para a boa qualidade do ar, a preservação da biodiversidade e a qualidade de vida dos moradores das cidades.

A **Organização Mundial de Saúde** (OMS) recomenda um mínimo de

12 m²

de área verde por habitante. na cidade.

Para manter o padrão recomendado é importante que o governo municipal proteja as áreas rurais, florestas nativas ou mesmo as áreas verdes urbanas, transformando-as em áreas de preservação, zonas de proteção ambiental ou unidades de conservação. As políticas de preservação ambiental também devem estar associadas às de inclusão social, desenvolvimento econômico do meio rural e de redução das desigualdades.

As práticas de agricultura sustentável são um importante exemplo de equilíbrio entre o rural, o urbano e o respeito ao meio ambiente. Além de proporcionar melhores condições ambientais para a produção no campo, essa modalidade garante benefícios sociais para o próprio meio urbano, principalmente no que tange à segurança alimentar.

Avanço significativo nesse sentido foi obtido com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), sancionado em 2009.

A legislação determina, entre outras coisas, que pelo menos

30% da alimentação do ensino básico em escolas públicas tenha como origem a agricultura familiar.

Meta ODS 2

✔ **Meta 2.4 até 2030**, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo.

ODS 6: Água potável e saneamento

Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos

O desenvolvimento de sociedades sustentáveis exige a preocupação com a preservação dos recursos hidrícos e com a ampla oferta de saneamento, uma vez que a falta deste pode levar à contaminação do solo, do mar, de rios e de outras fontes de água própria para o uso. Além disso, é fundamental ter estratégias de monitoramento do uso racional da água pela indústria e agricultura, assim como buscar o comprometimento destes setores para programas de proteção e recuperação dos mananciais.

Por outro lado, grande parte dos municípios brasileiros apresenta altos índices de perda de água tratada.

Segundo o estudo **"Perdas de Água: Desafios ao Avanço do Saneamento Básico e à Escassez Hídrica" (2015)**, elaborado pelo Instituto Trata Brasil,

a média de perda de água no faturamento
(Índice que compara o volume de água disponibilizado para ser distribuído com o volume que é faturado pela empresa)

nas **100** maiores cidades do Brasil

foi de **37%** no ano de 2013.

Esse resultado é fruto de vazamentos, roubos, falta ou erros de medição, falta de investimentos em prevenção e manutenção no sistema de distribuição.

A situação da coleta e tratamento de esgotos é ainda mais alarmante: menos de 50% dos domicílios brasileiros estão conectados à rede de esgoto, assim como apenas 38,7% do total coletado recebe tratamento antes de ser despejado nos leitos dos rios, córregos ou emissários marinhos. O que faz com que todos estes recursos sejam contaminados e, muitas vezes, seus ecossistemas, destruídos. A prioridade ao saneamento básico, portanto, é uma das premissas fundamentais para a construção de cidades sustentáveis.

Metas ODS 6

✔ **Meta 6.1 até 2030**, alcançar o acesso universal e equitativo à água potável, segura e acessível para todos.

✔ **Meta 6.2 até 2030**, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade.

✔ **Meta 6.3 até 2030**, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas, e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente.

✔ **Meta 6.4 até 2030**, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água.

✔ **Meta 6.5 até 2030**, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado.

✔ **Meta 6.6 até 2020**, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos.

✔ **Meta 6.b** apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento.

ODS 11: Cidades e comunidades sustentáveis

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

Cidades importantes e internacionalmente reconhecidas, como Vitoria-Gasteiz, na Espanha, e Lyon, na França, elaboraram projetos para a ampliação da cobertura vegetal na área urbana e conseguiram garantir que o acesso de toda população às áreas verdes esteja num raio de até 300 metros de distância de suas casas.

Outro fator importante de conservação das áreas verdes diz respeito à segurança e ao bem-estar da população. Muitas cidades reduziram ou até eliminaram os focos de depredação com um planejamento urbano proativo, por meio da implantação de espaços públicos coletivos de lazer e contemplação, com atividades culturais e priorizando os parques urbanos.

Além disso, buscando aprofundar a resiliência das cidades, foram adotadas em alguns municípios estratégias de qualificação das áreas rurais, como o desenvolvimento do turismo rural e o estímulo à pluriatividade agrícola.

O planejamento territorial é fundamental para tornar as cidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis. Esta ferramenta regula as áreas rural e urbana da cidade e auxilia na mitigação dos impactos ambientais decorrentes das ações antrópicas.

Meta ODS 11

✔ **Meta 11.4** fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo

ODS 12: Consumo e produção responsáveis

Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis

Para alcançar uma gestão efetivamente sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais, é necessário romper com paradigmas e reeducar a população, envolvendo-a em ciclos participativos, com experiências práticas que mostrem alternativas mais sustentáveis para a mudança de costumes.

Um problema recorrente enfrentado em diversos municípios são os incêndios e queimadas florestais, a grande maioria deles provocada por ação do homem, por falta de cuidado ou de informação adequada.

Com esse quadro, é importante que se vá além das medidas de proteção dos recursos naturais e mitigação das mudanças climáticas. É necessário que o governo realize atividades educativas com toda a comunidade e promova políticas públicas para incentivar culturas mais ecológicas e orgânicas.

Meta ODS 12

✔ **Meta 12.2 até 2030**, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais.

ODS 14: Vida na água

Conservação e uso sustentável dos oceanos, mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

A conservação dos recursos marinhos depende da redução da poluição e da acidificação dos mares. Neste sentido, a regulação da pesca é essencial para restaurar e assegurar o equilíbrio de ecossistemas marinhos, garantindo seu rendimento máximo e sustentável.

O Brasil mantém

7.367 de linha costeira, sem levar em conta os recortes litorâneos (baías, reentrâncias, golfões etc.),

que elevam essa extensão para mais de **8,5** mil km.

distribuídos por **395** municípios em **17** estados

Porém, a Constituição Federal de 1988 define que as praias marítimas e seus recursos naturais, terrenos de marinha, mar territorial, praias fluviais, entre outros, são propriedade da União.

Fato que edifica um novo desafio para as gestões municipais: desenvolver mecanismos para a proteção desses ecossistemas e recursos naturais.

Deste modo, é preciso constituir mecanismos de participação municipal e social em políticas vinculadas ao acesso ao mar, ao uso, manejo e proteção dos recursos marítimos e, principalmente, à pesca artesanal.

Metas ODS 14

✔ **Meta 14.1 até 2025**, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes.

✔ **Meta 14.5 até 2020**, conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível.

ODS 15: Vida terrestre

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra, e estancar a perda de biodiversidade

O desenvolvimento sustentável prevê, em sua essência, um vínculo entre os ecossistemas naturais e a sociedade, indicando que as políticas de preservação devem estar associadas àquelas que procuram oportunidades objetivas de inclusão social e redução das desigualdades.

A preservação dos ecossistemas terrestres, das florestas e da biodiversidade exige a conservação do que atualmente existe e a reversão de danos já causados ao meio ambiente. Além disso, por vincular-se à manutenção da biodiversidade, estabelece metas específicas para colocar um fim à caça ilegal e ao tráfico de espécies da fauna e da flora. Para aprimorar estes cuidados, é importante ter como referência, também, as 20 metas da Biodiversidade de Aichi, aprovadas na Convenção de Nagóia, Japão, em 2010 *(www.cbd.int/nbsap/training/quick-guides).*

Há uma clara preocupação com o aceleramento de processos como o desmatamento e a desertificação, temas caros ao Brasil em vista da gama de municípios responsáveis por segmentos da Mata Atlântica, Floresta Amazônica, Pantanal e Cerrado.

Nosso país incorpora:

60%

de toda a bacia amazônica
e cerca de

50%

do território nacional é coberto
por este bioma.

Porém, segundo dados do Ministério do Meio Ambiente, entre agosto de 2014 e julho de 2015 o desmatamento aumentou

Da Mata Atlântica
e sua riquíssima biodiversidade restam apenas

8%

da cobertura original.

Essa curva ascendente é preocupante, pois retoma um movimento que vinha sendo combatido pelos governos. O que faz com que o ODS 15 seja de extrema importância e pertinência em nosso país.

Metas ODS 15

✔ **15.1 até 2020**, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais.

✔ **Meta 15.2 até 2020**, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento.

✔ **Meta 15.a** mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas.

Os Indicadores e seus benefícios

Os indicadores do Eixo Bens Naturais Comuns refletem os pontos primordiais no cuidado com o meio ambiente, com a saúde da população e das próximas gerações. Acompanhar e melhorar esses indicadores é uma forma de proporcionar mais qualidade de vida no presente e assegurar a sua continuidade no futuro.

Indicadores referentes ao eixo Bens Naturais Comuns

BENS NATURAIS COMUNS

- 1 Acesso permanente e sustentável à água potável
- 2 Área desmatada
- 3 Área restaurada de florestas degradadas
- 4 Áreas de mananciais protegidas
- 5 Áreas destinadas às Unidades de Conservação
- 6 Avaliação oferta/demanda do abastecimento urbano de água
- 7 Cobertura vegetal nativa remanescente
- 8 Esgoto que não recebe nenhum tipo de tratamento
- 9 Esgoto tratado antes de chegar ao mar, rios e córregos
- 10 Florestamento e reflorestamento
- 11 Gastos públicos destinados à regeneração de recursos naturais, ecossistemas e biodiversidade
- 12 Legislação específica para temas ambientais
- 13 Participação do município no Comitê de Bacias
- 14 Perda de água tratada
- 15 Planos de médio e longo prazos para recursos hídricos
- 16 Queimadas e incêndios florestais
- 17 Recuperação de solo degradado
- 18 Rede de esgoto
- 19 Reservas e Áreas Protegidas
- 20 Rios e córregos classificados com, pelo menos, “bom estado” segundo critérios oficiais
- 21 Zona costeira em área de conservação e interesse científico

Como fazer?

Para sintetizar os conceitos apresentados sobre Bens Naturais Comuns, seguem abaixo exemplos práticos bem-sucedidos que podem servir como referência ou inspiração para o seu município:

Quatro Pontes, PR

Programa "Água, Quem Ama Cuida" recupera nascentes

Uma parceria entre a prefeitura e os cidadãos priorizou a recuperação de nascentes da região como um consenso ambientalmente saudável e sustentável para a captação e o abastecimento de água. A iniciativa ajuda a evitar a poluição e a escassez de água nos lençóis freáticos.

Em dois anos, foram recuperadas 19 nascentes. Após a recuperação, a vazão da água aumentou, em média, cinco vezes.

http://cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas/agua-quem-ama-cuida-recuperacao-de-nascentes-em-quatro-pontes

Lyon, França

Cidade revitaliza rios e cria parques

O município de Lyon investe em preservação e criação de novas áreas verdes há mais de 10 anos. As iniciativas abrangem desde a transformação de terrenos baldios em parques urbanos até projetos maiores, como a revitalização das margens dos rios. Além das novas iniciativas, a manutenção da infraestrutura verde já existente é constante.

Com toda essa atenção às áreas verdes, atualmente a cidade possui 430 hectares de jardins, praças e espaços verdes, o que corresponde a 32 m^2 de área verde por habitante.

http://cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas/lyon-cidade-mais-verde

Conheça outras iniciativas relacionadas ao eixo Bens Naturais Comuns em
http://cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas

EQUIDADE, JUSTIÇA SOCIAL E CULTURA DE PAZ

O que entendemos por Equidade, Justiça Social e Cultura de Paz

Os conceitos de equidade e justiça social referem-se ao acesso igualitário aos serviços públicos de saúde, educação, cultura, segurança e moradia e às oportunidades reais de ocupação profissional.

A eficácia neste acesso promove um ambiente de cultura de paz - o que significa dizer que há uma redução das desigualdades sociais, impulsionando um conjunto de valores, atitudes, comportamentos e modos de vida que previnem conflitos e contribuem para a resolução de problemas por meio do diálogo e da negociação entre as partes envolvidas.

O atendimento satisfatório de tais parâmetros socioeconômicos, aliado ao desenvolvimento sustentável, reflete-se no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Portanto, sociedades mais igualitárias tendem a produzir resultados superiores na classificação do IDH. O processo de inclusão econômica e social tem ainda como alicerce o fortalecimento das liberdades e dos direitos individuais.

O objetivo deve ser a construção de uma sociedade economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente sustentável.

Em conformidade com os novos parâmetros de desenvolvimento da ONU, esse eixo do Programa Cidades Sustentáveis dialoga com os ODS:

Objetivos e metas

Objetivo geral

- Promover comunidades inclusivas e solidárias.
  As políticas de inclusão social e de promoção da solidariedade são fundamentais para o desenvolvimento de nossas sociedades e devem ser adotadas pelas gestões municipais, a fim de que as cidades se tornem mais justas e igualitárias.

Objetivos Específicos

- A diminuição das diferenças sociais é condição básica para o bem-estar da população e possibilita a construção de um espaço urbano sustentável.
- Pensando nisso, fazem parte dos objetivos específicos deste eixo: desenvolver e implementar programas para prevenir e superar a condição de pobreza; assegurar acesso equitativo aos serviços públicos, à educação, à saúde, às oportunidades de emprego, à formação profissional, às atividades culturais e esportivas, à informação e à inclusão digital com acesso à internet; promover a inclusão social e a igualdade entre os gêneros, raças e etnias e o respeito à diversidade sexual; aumentar a segurança da comunidade e promover a cultura de paz; e garantir o direito à habitação em condições socioambientais de boa qualidade.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e metas específicas

Destaca-se o vínculo entre o desenvolvimento sustentável das cidades e a promoção de políticas públicas que reduzam significativamente a desigualdade social.

ODS 1: Erradicação da pobreza

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

A eliminação da pobreza é um aspecto central de qualquer estratégia que vise ao desenvolvimento sustentável. Neste sentido, a erradicação da extrema pobreza (viver com menos de US$ 1,90 per capita por dia, de acordo com a metodologia do Banco Mundial) deve ser entendida como um dos pilares da sustentabilidade. Além deste aspecto, é preciso atentar para outros parâmetros ligados à desigualdade social, como a concentração de renda.

Com relação ao Brasil, destacam-se os significativos investimentos em políticas sociais e os programas de combate à miséria que foram empreendidos nas últimas décadas. Contudo, o país permanece como um do mais desiguais do mundo.

De acordo com o Banco Mundial, o percentual de brasileiros vivendo em extrema pobreza

caiu de **10%** para **4%** entre 2001 e 2013.

Porém, sem modificar estruturas sociais mais profundas, o país ainda tem uma alta concentração de riqueza

1% dos mais ricos detém **13%** da renda nacional;

e os **40%** mais pobres, apenas **11%**

Dessa forma, os gestores devem estabelecer novos marcos políticos para o fortalecimento de sistemas de proteção social, implementando programas de distribuição de renda para atingir metas de diminuição da desigualdade e de ampliação do acesso à terra e à moradia segura.

Metas ODS 1

✔ **Meta 1.1 até 2030,** erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,90 por dia.

✔ **Meta 1.2 até 2030**, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais.

✔ **Meta 1.3**, implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis.

✔ **Meta 1.4 até 2030**, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças.

✔ **Meta 1.5 até 2030**, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais .

ODS 3: Saúde e bem-estar

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

Com foco no acesso igualitário à saúde, as principais metas deste ODS estão ligadas à garantia da vida, da dignidade humana e da qualidade de vida a todas as populações. Um dos pontos centrais para a promoção do bem-estar dos cidadãos é o controle e combate ao uso abusivo de álcool e outras drogas. No Brasil existem números alarmantes sobre distribuição e consumo de cocaína e crack, além do também elevado uso das chamadas drogas lícitas, como o álcool e aquelas vendidas em farmácias.

Com isso, é fundamental que os governos locais atentem para o combate ao uso abusivo de álcool e outras drogas com políticas preventivas, educativas, de acolhimento, acompanhamento e tratamento, bem como ações que busquem inserir os usuários na vida em sociedade.

Meta ODS 3

✔ **Meta 3.5** reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool.

ODS 5: Igualdade de gênero

Alcançar igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

O destaque aqui é para a importância de qualificar e melhor estruturar as políticas voltadas para as mulheres, em especial no combate à violência, no desenvolvimento econômico e nas políticas de promoção da igualdade.

Segundo dados do **9º anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, divulgados em 2015, o Brasil teve em 2014

cerca de **50** mil estupros notificados - o número representa uma queda de apenas

7%

em relação a 2013.

A pesquisa revela ainda que acontece, em média, **1** estupro a cada **11** minutos no país.

Além dos crimes de violência física e psicológica, ressalta-se também o preconceito estrutural da sociedade brasileira com relação às mulheres.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2015, com base nos dados do IBGE, as mulheres brasileiras ainda ganham

70,7%

do que recebem os homens.

Essa distância tem diminuído nos últimos anos: em 2004, por exemplo, os salários das mulheres eram em média

62,9%

dos recebidos pelos homens.

Porém, apesar da melhora, esse ritmo aponta que serão necessários mais 20 anos para que ambos os gêneros atinjam remuneração equivalente.

Nesse contexto, governos locais precisam assumir suas responsabilidades para a construção de uma sociedade justa e igualitária, longe do preconceito e do machismo.

Metas ODS 5

✔ **Meta 5.2** eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos.

✔ **Meta 5.5** garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.

✔ **Meta 5.a** empreender reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais.

✔ **Meta 5.c** adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação exequível para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas, em todos os níveis.

ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestrutura

Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

Um dos maiores desafios para os gestores das cidades brasileiras é construir uma relação profícua entre o desenvolvimento urbano e a sociedade informacional. Cada vez mais presente na vida das pessoas, a tecnologia representa hoje um vasto campo de possibilidades de inclusão social, educacional e tecnológica.

E, para a construção dessa relação entre a cidade e a sociedade informacional, cabe à administração municipal investir em políticas públicas que tenham a tecnologia como fundamento para o desenvolvimento sustentável. Essas políticas devem focar na criação e no desenvolvimento de polos tecnológicos, centros de pesquisa, articulação dos atores científicos, arranjos econômicos locais inovadores e o estímulo ao uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

As políticas municipais centradas na utilização das TICs possibilitam que as cidades avancem no sentido da universalização do acesso às tecnologias, o que promove maior igualdade de oportunidades para a população local, assim como também garante a inclusão social em termos educacionais e tecnológicos.

As experiências demonstram que a inclusão digital e o acesso ao conhecimento qualificam o desempenho escolar, fazendo com que a população tenha mais condições de elaborar soluções e propor iniciativas inovadoras para as mazelas das cidades. Esse processo estratégico de investimento em tecnologia e conhecimento alimenta o ciclo de desenvolvimento urbano para cidades mais sustentáveis.

Meta ODS 9

✔ **Meta 9.c** aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação, e procurar ao máximo oferecer acesso universal e acessível à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020.

ODS 10: Redução das desigualdades

Reduzir a desigualdade entre os países e dentro deles

A redução da desigualdade nas cidades é um dos pontos mais elementares para garantir que o desenvolvimento das cidades se dê de maneira sustentável. Este Objetivo visa reduzir as desigualdades em todas as suas dimensões, tanto de renda e de oportunidade, quanto de acesso e desenvolvimento pessoal e profissional.

Segundo o relatório apresentado pela **organização Oxfam**, em 2016, baseado em dados **do banco Credit Suisse** relativos a outubro de 2015, os **1%** mais ricos da população mundial já detêm mais riqueza do que o restante da população mundial (**os outros 99%**).

Quanto maior a desigualdade, maiores são os desafios para o desenvolvimento sustentável. Assim, o investimento em políticas públicas que visem à inclusão social e o combate à concentração de renda se fazem fundamentais.

Metas ODS 10

✔ **Meta 10.1 até 2030**, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional.

✔ **Meta 10.2 até 2030**, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.

✔ **Meta 10.3** garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito.

✔ **Meta 10.4** adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade.

ODS 11: Cidades e comunidades sustentáveis

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

Entender a cidade como um direito é consolidar um conjunto de políticas públicas que visem à apropriação e à utilização sustentável dos espaços públicos, como ruas, parques e praças. O estímulo à vida pública e ao encontro das diferentes culturas na cidade é elemento essencial numa gestão comprometida com o desenvolvimento sustentável.

O encontro entre os "diferentes", facilitado pela apropriação dos espaços públicos, propicia a sociabilização e o desenvolvimento econômico, pois a troca de experiências permite a construção de alternativas criativas para os problemas da vida cotidiana.

As metas deste ODS visam qualificar os espaços públicos e garantir o acesso universal à cidade, promovendo maior e melhor qualidade de vida.

Meta ODS 11

✔ **Meta 11.7 até 2030**, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.

ODS 16: Paz, Justiça e Instituições eficazes

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os sentidos

Para a promoção de uma sociedade pacífica é preciso garantir o acesso igualitário tanto à justiça quanto à segurança pública. Neste contexto, chama atenção a preocupação com a redução de mortes por causas violentas, o tráfico de drogas e armas e o combate aos crimes de tortura.

Segundo dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em 2016,

59.627
pessoas foram assassinadas em 2014,

crescimento de **3,9%** em relação a 2013

e de **21,9%** em uma década.

Destes, **31.419**

eram jovens entre **15 e 29 anos**, número que apresenta

crescimento de **4%** em relação a 2013.

A taxa de homicídios geral no Brasil subiu de **26,5** para **29,1** mortes violentas

por **100** mil habitantes entre 2004 e 2014,

aumento de quase **10%**

Entre os jovens de 15 a 29 anos, a taxa atingiu 61 homicídios por 100 mil habitantes em 2014, a mais alto da série histórica que se iniciou em 2004.

Se considerados somente os jovens negros, a situação piora drasticamente. **Entre 2004 e 2014, a taxa de homicídio de afrodescendentes cresceu 18,2%. Em 2014, para cada não negro assassinado, 2,4 indivíduos negros foram mortos.**

Estes dados corroboram com a avaliação da Anistia Internacional no Brasil, ao afirmar que a premissa da atuação policial no país é a construção social de uma "classe perigosa", composta por jovens negros e moradores da periferia.

Tal cenário evidencia o tratamento desigual por parte do Estado, que deve ser enfrentado com estratégias de combate à violência e com a promoção da segurança pública e da cultura de paz. Essas estratégias devem ter como base algumas práticas, como a efetivação do Estatuto do Desarmamento (lei 10.826/2003), referência internacional na política de controle de armas.

Metas ODS 16

- ✔ **Meta 16.1** reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada, em todos os lugares.
- ✔ **Meta 16.2** acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças.
- ✔ **Meta 16.3** promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça, para todos.
- ✔ **Meta 16.4 até 2030**, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado.

Os Indicadores e seus benefícios

Os indicadores do eixo refletem a necessidade de superação dos problemas sociais por meio de ações que melhorem a distribuição de renda da população, diminuam a violência e ampliem o acesso à informação.

Outro objetivo chave é contribuir para o exercício da cidadania e para o desenvolvimento local, especialmente das regiões periféricas. Tais dados permitem o acompanhamento das condições sociais e a criação de políticas públicas direcionadas a populações de baixa renda, à redução da violência, ao acesso à informação e à melhoria da infraestrutura.

Indicadores referentes ao eixo Equidade, Justiça Social e Cultura de Paz

EQUIDADE, JUSTIÇA SOCIAL E CULTURA DE PAZ

- 1 Ações afirmativas para a redução da desigualdade
- 2 Adolescentes cumprindo medidas socioeducativas
- 3 Adolescentes envolvidos em ato infracional
- 4 Afetados por eventos climáticos extremos
- 5 Agressão a crianças e adolescentes
- 6 Agressão a idosos
- 7 Conteúdo relativo aos direitos humanos na formação policial
- 8 Crianças e adolescentes que sofreram violência sexual
- 9 Crimes contra a liberdade sexual
- 10 Crimes sexuais
- 11 Crimes violentos fatais
- 12 Denúncias de violação dos direitos humanos
- 13 Distribuição de renda
- 14 Domicílios com acesso à internet
- 15 Domicílios com acesso a telefone celular
- 16 Famílias inscritas no Cadastro Único para programas sociais
- 17 Homicídio juvenil
- 18 Homicídios de mulheres
- 19 Homicídios na população branca e negra
- 20 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) municipal
- 21 Mortes por agressão
- 22 Mortes por armas de fogo
- 23 Mulheres jovens de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham
- 24 Negligência e abandono de crianças e adolescentes
- 25 Notificações de estupros sofridos por mulheres
- 26 Notificações de violência contra mulheres e meninas
- 27 Orçamento para a redução da desigualdade
- 28 Pessoas com renda de até 1/4 do salário mínimo
- 29 Política municipal de assistência aos usuários de drogas e dependentes de álcool
- 30 Políticas habitacionais municipais com critério de gênero
- 31 Políticas municipais destinadas a ampliar a igualdade socioeconômica
- 32 População em situação de rua
- 33 População idosa
- 34 Quantidade de famílias que recebem o benefício de superação da extrema pobreza
- 35 Recursos orçamentários para promoção da igualdade de gênero
- 36 Renda municipal detida pelos 20% mais pobres
- 37 Rendimento médio real por gênero
- 38 Roubos
- 39 Terras indígenas no município
- 40 Títulos expedidos às comunidades quilombolas
- 41 Valor total repassado às famílias beneficiárias do programa bolsa Família
- 42 Variação da renda domiciliar per capita
- 43 Wifi livre público

Como fazer?

Para sintetizar os conceitos apresentados sobre Equidade, Justiça Social e Cultura de Paz, seguem abaixo exemplos práticos bem-sucedidos que podem servir como referência ou inspiração para o seu município:

Canoas, RS

Um "Território de Paz" nasce na cidade

O programa Território de Paz, realizado nos bairros de Guajuviras, Mathias Velho e Harmonia, reduziu significativamente os índices de violência local por meio da promoção de ações culturais e educacionais com jovens, organização das mulheres, justiça comunitária e uso das mídias sociais para recuperar a autoestima dos cidadãos.

Com a implantação do programa, a taxa anual de homicídios caiu de 70,8 (2009) por 100 mil habitantes para 32,9 (2012) no Guajuviras e de 47,6 (2009) para 40,7 (2012) na cidade como um todo. Isso significa uma queda de 53,6% em Guajuviras e de 14,3% no município, entre 2009 e 2012.

http://cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas/um-territorio-de-paz-nasce-dentro-da-cidade

Rosário, Argentina

Programa Cidades Seguras tem como foco as mulheres

Por meio de uma parceria entre o governo municipal, a ONU e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional, o programa propõe e incentiva políticas públicas municipais para a prevenção da violência urbana contra as mulheres.

Foram criadas Redes de Mulheres em cada distrito da cidade para que possam debater e trabalhar por uma sociedade sem violência e mais equitativa. Com todas as atividades propostas, o tema violência de gênero foi incluído na agenda pública, nas políticas de segurança local, e inclusive nas discussões sobre o Orçamento Participativo da Cidade. Além disso, foram criados e regulamentados a Lei de Proteção Integral as mulheres; a Lei Municipal de Proteção Integral para Prevenir, Sancionar e Erradicar a Violência contra as mulheres; e o decreto 2621/2008, que dispõe sobre a guarda civil metropolitana e sua atuação em caso de violência contra a mulher (Protocolo de Atuação da Guarda Urbana Municipal).

Como resultado, Rosário está sendo reconhecida internacionalmente por seus esforços de introduzir o enfoque de gênero nas políticas locais.

http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas/programa-cidades-seguras-para-mulheres-de-rosario

Conheça outras iniciativas relacionadas ao eixo Equidade, Justiça Social e Cultura de Paz em *http://cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas*

GESTÃO LOCAL PARA A SUSTENTABILIDADE

O que entendemos por Gestão Local para a sustentabilidade

A busca pelo desenvolvimento sustentável efetivo e viável demanda que sejam implementadas gestões bem planejadas, com visão de futuro, capacidade de antecipação e de governança sobre as transformações econômicas, sociais e ambientais locais.

Em virtude dessa complexidade, cresce a percepção de que as gestões precisam se modernizar. O Relatório Mundial sobre o Setor Público da ONU, elaborado em 2005, mostra que houve evolução da visão convencional de "Administração Pública", antes tradicionalmente centralizada, para uma visão mais democrática, com participação direta dos atores interessados (o significado de Governança).

Neste sistema, a eficiência é medida não só por meio de resultados e o monitoramento dos processos passa a ser central, como mostra a tabela a seguir:

	Administração Pública Tradicional	**"Nova" Gestão Pública**	**Gestão Participativa**
Relação cidadão-Estado	Obediência	Credenciamento	Empoderamento cidadão
Responsabilidade da administração superior	Políticos	Clientes	Co-responsabilidade sociedade/ Estado
Princípios orientadores	Cumprimento de leis e regras	Eficiência e resultados	Responsabilidade, eficiência, transparência e planejamento participativo
Critério para sucesso	Objetivos quantitativos	Objetivos Quantitativos e Qualitativos	Visão e metas de curto, médio e longo prazos
Atributo chave	Formalismo e centralização	Profissionalismo	Sustentabilidade e controle social

Este novo modelo também pressupõe mais transparência, com forte abertura para as novas tecnologias da informação e comunicação, e soluções organizacionais para assegurar a interatividade entre governo e cidadania. Além disso, busca responder aos diferentes interesses de grupos da sociedade civil com mecanismos de participação dos cidadãos.

O objetivo primordial é que o município tenha instrumentos para buscar o desenvolvimento em harmonia com a preservação ambiental, de forma que os recursos naturais sejam utilizados de maneira racional e renovável e, ao mesmo tempo, promover os necessários avanços sociais.

Em conformidade com os novos parâmetros de desenvolvimento da ONU, esse eixo do Programa Cidades Sustentáveis dialoga com os ODS:

Objetivos e metas

Objetivo geral

- Implementar uma gestão responsável, participativa e eficiente que envolva as etapas de planejamento, execução e avaliação.

  Promover a gestão eficiente é obter êxito na realização dos objetivos que contemplem os interesses comuns. O planejamento participativo estrutura a visão de desenvolvimento no curto, médio e longo prazos — a execução é a forma de atingi-lo, assim como a avaliação contínua permite aprimorar as ações.

Objetivos Específicos

- Assegurar a importância das questões de sustentabilidade nos processos de decisão nos níveis urbano e regional, assim como uma política de gestão de recursos baseada em critérios de sustentabilidade sólidos e abrangentes. A gestão precisa ser integrada e eficiente para a sustentabilidade, baseada no princípio da precaução sobre o ambiente urbano e seu entorno.

- Para isso, é preciso reforçar as metas dos ODS-ONU, da COP-21 e as nacionais que visam ao desenvolvimento sustentável local e regional e integrá-las, de forma plena, ao funcionamento da administração em todos os níveis. E garantir a transparência administrativa, envolvendo atores diversos para monitorar e avaliar o desempenho, tendo em vista o alcance das metas de sustentabilidade estabelecidas.

  Por fim, cabe ao gestor estabelecer metas e prazos concretos, face aos compromissos do Programa Cidades Sustentáveis, bem como um programa de monitoramento destes compromissos.

ODS 11: Cidades e comunidades sustentáveis

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

Com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, é essencial que as cidades qualifiquem seus serviços públicos e a gestão pública municipal como um todo, modernizando o aparato instrumental e aprimorando as ferramentas de planejamento integrado e de longo prazo.

O investimento em infraestrutura tecnológica interna é um pressuposto para o desenvolvimento das cidades. É essencial que os gestores locais tenham acesso às tecnologias de ponta, internet e mecanismos de comunicação novos e atuais, para o melhor funcionamento da máquina pública.

Igualmente, é fundamental que haja investimentos no aperfeiçoamento dos mecanismos de planejamento e sistematização de dados públicos e indicadores, para o melhor desenvolvimento das políticas públicas. Sistemas inteligentes, softwares, plataformas, bases de dados, mapas e outros, são alguns dos elementos centrais que devem ser considerados quando destacamos as ferramentas de planejamento. Além disso, metodologias e dinâmicas de trabalho que integrem as diferentes áreas e pastas municipais com base em metas e indicadores de acompanhamento também são indispensáveis.

Esse conjunto de ações internas garante que a gestão pública se modernize e aprofunde sua capacidade tecnológica de administrar a cidade. O que possibilita, diretamente, proporcionar melhores serviços públicos à população e fortalecer a transparência no município.

Meta ODS 11

- **Meta 11.7 até 2030**, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.

ODS 12: Consumo e produção responsáveis

Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis

Mais que prezar pela eficiência nos padrões de produção, uso e descarte de diferentes recursos, os gestores públicos também podem se valer das compras do governo para a promoção do desenvolvimento sustentável. De acordo com o Guia de Compras Públicas Sustentáveis, produzido pelo Iclei em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, apesar dos avanços na transparência dos processos, o modelo vigente que inspira a maioria dos editais de licitação no Brasil não é sustentável.

O guia destaca que as compras públicas movimentam cerca de 10% do PIB do país, e chama atenção para a importância de práticas que melhorem a eficiência do uso de produtos e recursos, que reduzam o impacto sobre o meio ambiente, que promovam a igualdade social e a redução da pobreza, que estimulem novos mercados e que recompensem a inovação tecnológica.

Assim, sem se contrapor à primazia de dispor do melhor produto/serviço pelo menor preço, chamamos atenção para um desafio da atual gestão de cidades: a criação de um sistema de compras públicas que garanta transparência, controle social, participação popular e respeito aos parâmetros de desenvolvimento sustentável.

Metas ODS 12

✔ **Meta 12.7** promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.

✔ **Meta 12.8 até 2030**, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza.

ODS 16: Paz, Justiça e Instituições eficazes

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os sentidos

A Constituição Federal de 1988 define a partilha com outros entes federativos (Estados e Municípios) de determinados tributos arrecadados pela União. As principais transferências constitucionais são feitas por meio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do Fundo de Participação dos Estados (FPE), constituídos com parte do orçamento arrecadado com o Imposto de Renda (IR) e o Imposto sobre a Produção Industrial (IPI). Assim, cabe ao Tesouro Nacional, em cumprimento aos dispositivos constitucionais, efetuar as transferências dos recursos aos entes federados, nos prazos legalmente estabelecidos, fortalecendo e respeitando, assim, o pacto federativo.

Além dos recursos originários de repasses federais e/ou estaduais, as prefeituras são dotadas de integral autonomia para gerir os recursos provenientes dos tributos municipais, que são: Imposto Sobre Serviços De Qualquer Natureza (ISS), Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

Para auxiliar a gestão dos recursos públicos, dar maior agilidade à estrutura estatal e combater a corrupção, desde 2000 está em vigor a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Ela determina, entre outras coisas, limites aos gastos públicos, aperfeiçoando a Gestão Administrativa. Além de ampliar a transparência dos recursos públicos e obrigar que as finanças sejam apresentadas detalhadamente ao Tribunal de Contas (da União, do Estado ou dos Municípios), a LRF prevê a punição por multa ou até mesmo pela inelegibilidade do gestor público em caso de seu descumprimento.

Os gestores públicos têm, ainda, a responsabilidade de criar mecanismos de participação e transparência que, de um lado, incluam a população nas estruturas de tomada de decisão sobre o aporte dos recursos financeiros e, de outro, per-

mitam o acompanhamento da gestão orçamentária, tanto em relação à origem do recurso quanto às diretrizes para o empenho do mesmo.

Uma ferramenta importante para a gestão das cidades são os Fundos Municipais, previstos por lei federal e criados para garantir receitas exclusivas à realização de determinados objetivos ou serviços. Os Fundos Municipais são criados por lei municipal e podem ter como objetivo iniciativas em diversas áreas, como Fundo Municipal de Educação, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal da Criança e Adolescente e Fundo Municipal de Meio Ambiente. A administração dos recursos destes Fundos é de responsabilidade de um Conselho Municipal e sempre atrelada às diretrizes e metas dos Planos Municipais.

Assim, o tripé Conselho Municipal, Plano Municipal e Fundo Municipal caracteriza um importante processo para proporcionar melhorias nas políticas públicas municipais e ampliar a garantia de direitos.

Outro ponto de destaque no tocante à transparência e ao combate à corrupção são as Controladorias Gerais do Município. A partir de mecanismos de controle e acompanhamento interno da gestão dos recursos públicos, tais órgãos são importantes ferramentas para garantir a defesa do patrimônio público e promover a transparência e a participação social.

Metas ODS 16

✔ **Meta 16.5** reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas.

✔ **Meta 16.6** desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.

ODS 17: Parcerias e meios de implementação

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

A Gestão Pública necessita ter seus meios financeiros e administrativos fortalecidos para melhor enfrentar os desafios do desenvolvimento sustentável. Os mecanismos de cooperação e estabelecimento de parcerias locais, regionais, nacionais e internacionais devem ser acionados para haver um acesso mais rápido às melhores soluções, processos e tecnologias disponíveis em nível global. Assim, evita-se a perda de tempo, socializa-se o conhecimento e aceleram-se processos para impulsionar as transformações necessárias ao desenvolvimento sustentável.

Embora o Governo Federal tenha mais atribuições nessa área, é fundamental que as gestões municipais ampliem sua atuação em intercâmbios, parcerias e políticas de cooperação específicas às características e necessidades locais, de forma a poderem acessar oportunidades de financiamento e assessoria técnica para suas políticas públicas. Nesse sentido, considerou-se importante disponibilizar aos gestores públicos algumas metas do objetivo 17 dos ODS.

Metas ODS 17

✔ **Meta 17.1** fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas.

✔ **Meta 17.18 até 2020**, reforçar o apoio ao desenvolvimento de capacidades para os países em desenvolvimento (...), para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais.

Os Indicadores e seus benefícios

Os indicadores do eixo focam em ações estratégicas da gestão pública. A implantação das compras sustentáveis na administração municipal é um exemplo para outros órgãos do município e incentiva o desenvolvimento de fornecedores com processos sustentáveis de produção. Essa preocupação deve ser explicitada na parcela do orçamento destinada a capacitar os diferentes setores da prefeitura, na busca de soluções sustentáveis para os desafios que a cidade enfrenta.

Indicadores referentes ao eixo Gestão Local para a sustentabilidade

GESTÃO LOCAL PARA A SUSTENTABILIDADE

- 1 Área verde na zona urbana
- 2 Compras Públicas Sustentáveis
- 3 Controladoria Geral do Município
- 4 Implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)
- 5 Indicadores atualizados produzidos pela gestão
- 6 Orçamento distribuído para as diferentes áreas da administração
- 7 Políticas de cooperação no município
- 8 Total de receitas arrecadadas

Como fazer?

Para sintetizar os conceitos apresentados sobre Gestão Local para a Sustentabilidade, seguem abaixo exemplos práticos bem-sucedidos que podem servir como referência ou inspiração para o seu município:

Haia, Holanda

Sustentabilidade nos Bairros de Haia com a participação ativa da sociedade

O governo municipal de Haia está investindo em projetos de sustentabilidade propostos pelos moradores. São oferecidos incentivos aos grupos de cidadãos que desenvolvem propostas com princípios e ações sustentáveis, visando à preservação do meio ambiente e à redução do uso de energia e das emissões locais.

A partir dessa iniciativa, os habitantes da cidade passaram a investir no ambiente coletivo e, com isso, surgiram inúmeras novas conexões sociais. Entre 2013 e 2015, 133 projetos foram aprovados e implementados. Em 2015, os grupos receberam até 5.000 euros por projeto e cinquenta grupos da sociedade civil estão ativamente envolvidos com a sustentabilidade da cidade.

http://cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas/sustentabilidade-nos-bairros-de-haia-com-participacao-ativa-da-sociedade

Campinas, SP

Planejamento Integrado para a Sustentabilidade

A Prefeitura de Campinas apostou na gestão integrada por meio da formulação de planos estratégicos que priorizam ações para o desenvolvimento sustentável. Tais ações, além de consolidarem bases estruturantes para a conservação do meio ambiente, articulam-se para o ordenamento territorial.

Alguns dos resultados decorrentes dessas iniciativas foram: 211 mil mudas plantadas pelo Banco de Áreas Verdes (BAV) em áreas de recuperação ambiental (matas ciliares, áreas de proteção permanente, entre outras); 70 mil mudas plantadas em vias públicas; e redução de 50 toneladas em emissões anuais de CO_2, em virtude da substituição de 10 ônibus por veículos elétricos.

http://cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas/planejamento-integrado-para-sustentabilidade

Conheça outras iniciativas relacionadas ao eixo Gestão Local para a Sustentabilidade em *http://cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas*

PLANEJAMENTO E DESENHO URBANO

O que entendemos por Planejamento e Desenho Urbano

O planejamento urbano engloba concepções, planos e programas de gestão de políticas públicas, por meio de ações que permitam maior harmonia entre intervenções no território urbano e o atendimento às necessidades específicas da população. Para isso, é necessário identificar as vocações locais e regionais de um território e estabelecer as regras de ocupação de solo e as políticas de desenvolvimento municipal no curto, médio e longo prazos, buscando sempre a melhoria da qualidade de vida das pessoas e a preservação dos recursos naturais. As estratégias de planejamento urbano devem almejar a transformação das cidades e a inclusão da população nas tomadas de decisão sobre o futuro do lugar onde residem.

O desenho urbano visa tanto à conservação quanto à transformação das formas e seus espaços ao trabalhar a aparência, a disposição das construções, os planos de habitação, a logística, as áreas "livres" e públicas e as funcionalidades dos municípios. Mas tais alterações (ou preservações) não impactam apenas o aspecto material e visível. Trata-se de um importante instrumento para reduzir os efeitos negativos que o processo de urbanização de uma sociedade calcada em fundamentos tão desiguais provoca para as diferentes classes sociais e para o meio ambiente.

A urbanização em larga escala também cria desafios relacionados à demanda por bens e serviços de primeira necessidade, como alimentos, água, energia, assistência médica, ensino, redes de saneamento básico, transporte e moradia. Isso faz com que os gestores se deparem com necessidades complexas da população por infraestrutura, sistemas eficazes de abastecimento da cidade pelo campo, quantidade de profissionais públicos qualificados que atuem nos serviços de Educação e Saúde, política de limpeza pública, entre outros equacionamentos sofisticados. E exige maior articulação entre o planejamento urbano e as diferentes áreas da política institucional.

As cidades devem manter uma rede de serviços públicos e privados capilarizada em seu território — o que permite à população ser suprida em suas necessidades e anseios sem que precise percorrer grandes distâncias. As consequências positivas para o meio ambiente são evidentes. A redução dos deslocamentos urbanos diminui, por exemplo, a emissão dos gases de efeito estufa provocada pelos meios de transporte.

Em conformidade com os novos parâmetros de desenvolvimento da ONU, esse eixo do Programa Cidades Sustentáveis dialoga com o ODS

Objetivos e metas

Objetivo geral

- Reconhecer o papel estratégico do planejamento e do desenho urbano na abordagem sistêmica das questões ambientais, sociais, econômicas, culturais e da saúde, para benefício de todos.

  Planejar a estrutura da cidade e o seu desenvolvimento resultará em mais qualidade de vida e permitirá à gestão municipal antecipar as saturações contemporâneas que as cidades apresentam, bem como traçar políticas públicas que previnam esses problemas e realçar os pontos fortes do município. Para isso, é primordial que o planejamento integre todas as áreas da administração municipal e seja fundamentado em indicadores, dados e estudos sobre o conjunto do território (áreas urbana, de transição e rural), de modo que o conceito de sustentabilidade (socioeconômica, ambiental, política e cultural) seja transversal para as políticas de curto, médio e longo prazos do município.

Objetivos Específicos

- O objetivo deste eixo é fomentar ideias inovadoras e ações para resolver os problemas urbanos e desenvolver as cidades e territórios de forma sustentável. Entre tais soluções estão: reutilizar e regenerar áreas abandonadas ou socialmente degradadas; evitar a expansão urbana no território, dando prioridade ao adensamento e desenvolvimento urbano no interior dos espaços construídos; assegurar a compatibilidade de usos do solo nas áreas urbana; e garantir uma adequada conservação, renovação e utilização/reutilização do patrimônio cultural urbano.

- Além disso, é preciso adotar critérios de desenho urbano e de construção sustentáveis, respeitando e considerando os recursos e fenômenos naturais no planejamento.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e metas específicas

Planejamento urbano fundamentado em estudos consistentes e na participação social é o caminho sólido para o desenvolvimento sustentável das cidades.

ODS 11: Cidades e comunidades sustentáveis

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

Importante para todos os municípios, a preocupação do Objetivo 11 dos ODS é com o enfrentamento das graves questões habitacionais urbanas. Este enfrentamento tem que estar articulado com as formas de adaptação, mitigação e resiliência diante dos eventos extremos que já vêm ocorrendo devido às mudanças climáticas. Neste sentido, atenta-se primeiramente para o cuidado com as condições adequadas e seguras de moradia e com a provisão de equipamentos urbanísticos para áreas ocupadas por favelas.

De acordo com a Fundação João Pinheiro, o déficit habitacional, em 2013, era de

5,846
milhões de domicílios.

Além disso, o ônus excessivo com aluguel aparece como o item de maior peso neste quadro, respondendo por

2,553
milhões de unidades

ou

43,7%
do déficit.

Fato que chama atenção para a necessidade de formulação e gestão de políticas habitacionais que enfrentem a questão de forma estrutural.

Outro aspecto importante é que o planejamento e a execução da política urbana exigem a criação de instrumentos de participação popular. As transformações urbanísticas, bem como as melhorias de espaços de uso público, dependem do empoderamento de todos os cidadãos e da construção de consensos. Assim, para conseguir transformar a cidade, planos e projetos precisam da legitimidade social.

Metas ODS 11

- **Meta 11.1 até 2030**, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos. Urbanizar as favelas.
- **Meta 11.3 até 2030**, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e a capacidade para o planejamento e a gestão participativa, integrada e sustentável dos assentamentos humanos, em todos os países.
- **Meta 11.7 até 2030**, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.
- **Meta 11.a** apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento
- **Meta 11.c** apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e robustas, utilizando materiais locais.

Os Indicadores e seus benefícios

Os indicadores deste eixo facilitam o acompanhamento dos déficits habitacionais e contribuem para o planejamento de ações que visem diminuir tais carências, preservar ou recuperar a biodiversidade em áreas desmatadas e reservas ambientais, indicar a construção ou recuperação de edifícios sustentáveis com certificação e instalar calçadas que permitam a mobilidade urbana adequada e atendam às exigências legais.

Indicadores referentes ao eixo Planejamento e Desenho Urbano

PLANEJAMENTO E DESENHO URBANO

- 1 Área urbana e rural do município
- 2 Calçadas acessíveis
- 3 Consórcios públicos e Parcerias Público Privadas
- 4 Déficit habitacional
- 5 Edifícios novos e reformados com certificação de sustentabilidade ambiental
- 6 Planejamento integrado entre todas as secretarias
- 7 Plano Diretor participativo
- 8 População residente em aglomerados subnormais
- 9 Propriedade de imóveis

Como fazer?

Para sintetizar os conceitos apresentados sobre Planejamento e Desenho Urbano, seguem abaixo exemplos práticos bem-sucedidos que podem servir como referência ou inspiração para o seu município:

Ibirarema, SP

"Habitação Sustentável" criou novos critérios para construção

O projeto "Habitação Sustentável" teve início no ano de 2009, quando o Código Municipal do Meio Ambiente de Ibirarema foi aprovado. A legislação determina que os alvarás de construção civil só podem ser liberados para imóveis desenhados a partir de conceitos de sustentabilidade.

Essa medida proporcionou o crescimento de 30% no número de residências com critérios de sustentabilidade (2009 a 2014) e uma economia de recursos naturais em curto prazo e de recursos financeiros a médio e longo prazos.

http://cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas/programa-municipal-habitacao-sustentavel

Vitoria-Gasteiz, Espanha

Cidade foi eleita Capital Verde Europeia de 2012

O município implementou ações em prol da sustentabilidade, como ampliação da cobertura vegetal na área urbana, medidas para aumentar a biodiversidade, criação de um Cinturão Verde com787 hectares no entorno do centro, além de iniciativas para a mobilidade sustentável, com o uso racional da água e a gestão de resíduos.

Esse planejamento permitiu a recuperação da flora e da fauna local, melhorou a qualidade da água subterrânea e preveniu inundações.

A cidade tem uma relação de 465 m^2 de floresta por habitante e um total 130 mil árvores nas ruas, 95 km de ciclovias e 598 estacionamentos de bicicletas. Além disso, 99% da população têm acesso a serviços básicos a, no máximo, 300 metros de distância em relação às residências.

http://cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas/vitoria-gasteiz-capital-verde-europeia-de-2012

Conheça outras iniciativas relacionadas ao eixo Planejamento e Desenho Urbano em http://cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas

CULTURA PARA A SUSTENTABILIDADE

O que entendemos por Cultura para a Sustentabilidade

A cultura para a sustentabilidade é um conceito necessário à integração entre os diversos setores da administração municipal, pois leva à valorização da identidade local e da gestão participativa, além de contribuir para fomentar a produção local.

O desenvolvimento sustentável requer a promoção de uma prática cultural que respeite e valorize a diversidade, o pluralismo, o patrimônio natural, a preservação das heranças naturais e artísticas e abra espaço à participação dos cidadãos. As dinâmicas culturais surgem como possibilidades de ampliação do espaço público, ao oferecerem novos instrumentos de sociabilização e apoio à formação do cidadão.

O acesso aos bens culturais deve ser universal, com o fornecimento de equipamentos adequados pelo poder público e ampla participação da sociedade nas diferentes formas de expressão cultural. Nesse sentido, o Plano Nacional de Cultura, lançado em 2010 pelo Ministério da Cultura, estabelece que políticas culturais devem reconhecer e valorizar o capital simbólico, por meio do estímulo às suas múltiplas manifestações — o que cria laços de identidade entre os brasileiros. A cultura também deve ser vista e aproveitada como oportunidade para geração de trabalho e renda.

O planejamento municipal precisa considerar a dimensão cultural como um dos pilares para o desenvolvimento sustentável. Essa variável tem relação com as raízes de uma determinada população, agregando valor para compreensão do passado e visualização do futuro.

Em conformidade com os novos parâmetros de desenvolvimento da ONU, esse eixo do Programa Cidades Sustentáveis dialoga com aspectos específicos dos ODS:

Objetivos e metas

Objetivo geral

- Desenvolver políticas culturais que respeitem e valorizem a diversidade cultural, o pluralismo e a defesa do patrimônio natural construído e imaterial, ao mesmo tempo em que promovam a preservação da memória e a transmissão das heranças naturais, culturais e artísticas, assim como incentivem uma visão aberta de cultura em que valores solidários, simbólicos e transculturais estejam ancorados em práticas dialógicas, participativas e sustentáveis.

A valorização da cultura local permite ao cidadão o reconhecimento de sua herança histórica e, ao município, a geração de riquezas. O apoio da gestão pública pode transformar habilidades locais em fator de inclusão e de destaque para o município, produzindo atividades econômicas relacionadas.

Objetivos Específicos

✔ A construção de uma identidade local, que compreenda a diversidade de manifestações culturais, é parte importante no desenvolvimento de uma cidade sustentável. O fomento às expressões culturais é política pública necessária para o avanço do município e a participação dos moradores.

Para isso, algumas estratégias essenciais precisam ser adotadas, tais como: trabalhar para a formulação de referências conceituais e metodológicas para as políticas públicas de cada ação ou equipamento; promover a gestão participativa envolvendo comunidade, profissionais da área cultural e gestores públicos; garantir o amplo acesso aos espaços culturais existentes e manter programação diversificada; fomentar a criação e a produção cultural nas comunidades; e estabelecer acesso gratuito ou a preços simbólicos nos equipamentos e espaços culturais públicos.

Em síntese, é fundamental que os gestores locais apostem na promoção da cultura da sustentabilidade como área de integração entre os diversos setores da administração municipal.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e metas específicas

A valorização da diversidade por meio da cultura e da educação e os cuidados com o patrimônio cultural material e imaterial de uma sociedade ganham destaque na construção de sociedades sustentáveis.

ODS 4: Educação de qualidade

Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

A diversidade cultural do país deve ser valorizada e, para isso, é fundamental vincular políticas de educação e cultura. Sustentada por esta perspectiva, a Base Nacional Comum Curricular está sendo elaborada pelo Ministério da Educação desde 2015, com suporte em cinco temas integradores:

- Consumo e educação financeira;
- Ética, direitos humanos e cidadania;
- Sustentabilidade;
- Tecnologias digitais;
- Culturas africanas e indígenas.

Dimensão essencial da formação educacional, o reconhecimento de diversas identidades étnico-raciais que compõem a sociedade brasileira deve almejar a formação de cidadãos que convivam bem com diferentes modos de vida existentes e suas respectivas representações culturais.

Meta ODS 4

✔ **Meta 4.7 até 2030**, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

ODS 11: Cidades e comunidades sustentáveis

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

A cultura, nas suas mais diferentes formas, é um eixo integrador entre os diversos setores da sociedade. Políticas públicas que levem à valorização da diversidade, à proteção do patrimônio imaterial e natural e à promoção de valores solidários e sustentáveis são capazes de transformar uma sociedade.

É por meio da cultura que se constrói a identidade local, a integração social e se consolida uma gestão efetivamente participativa. A cultura é o eixo que dialoga com todos os outros, humanizando a cidade e aproximando seus habitantes.

Meta ODS 11

✔ **Meta 11.4** fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo.

Os Indicadores e seus benefícios

Os indicadores deste eixo focam no contato da população com as diferentes manifestações culturais. Têm início com a conscientização sobre o tema (campanhas de educação cidadã), passam pela oferta de livros (bibliotecas em diferentes pontos do município) e chegam a espaços onde as formas de cultura se desenvolvam e interajam com a população.

Indicadores referentes ao eixo Cultura para a Sustentabilidade

CULTURA PARA A SUSTENTABILIDADE

- 1 Acervo de livros infanto-juvenis
- 2 Acervo de livros para adultos
- 3 Ações de preservação, valorização e difusão do patrimônio material e imaterial
- 4 Campanhas de educação cidadã
- 5 Centros culturais, casas e espaços de cultura
- 6 Conselho municipal de cultura e patrimônio histórico
- 7 Escolas da rede municipal que abrem aos finais de semana para a comunidade
- 8 Recursos públicos municipais para cultura

Como fazer?

Para sintetizar os conceitos apresentados sobre Cultura para a Sustentabilidade, seguem abaixo exemplos práticos bem-sucedidos que podem servir como referência ou inspiração para o seu município:

Almirante Brown, Argentina

Rede Cultural transforma o município em Cidade das Artes e das Ideias

Um programa da Secretaria de Educação e Cultura da cidade tem como objetivos mapear e integrar as políticas culturais do município. Tais políticas são trabalhadas em rede, por meio da articulação dos espaços públicos e privados de cultura e educação e com o envolvimento ativo dos artistas locais.

A articulação e realização de eventos culturais idealizados a partir de uma Rede privilegia os artistas locais, facilita a contratação dos artistas, melhora a articulação entre os espaços privados e o poder público. Além disso, trata-se de uma iniciativa pioneira de registro online, com um banco de dados dinâmico e constantemente atualizado, que permite livre acesso à informação sobre todos os serviços culturais, artísticos e educativos no distrito.

http://cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas/rede-cultural-no-municipio-de-almirante-brown-cidade-das-artes-e-das-ideias

Blumenau, SC

Parque da Leitura contempla público de todas as faixas etárias

O projeto Parque da Leitura surgiu para estimular à prática da leitura e a apropriação do espaço público. É realizado quinzenalmente em um grande parque da cidade e oferece um vasto acervo literário a todos os interessados, com a preocupação de contemplar leitores de todas as faixas etárias.

A média diária de público que frequenta o Parque da Leitura está entre 120 a 150 pessoas. Um total de 1.977 leitores assíduos usufruíram do projeto em 2013. Em 2014 foram 3.226 leitores, o que indica o crescimento de mais de 161%. O acervo literário do projeto iniciou com 368 livros e atualmente dispõe no seu acervo mais de 2 mil exemplares.

http://cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas/parque-da-leitura

Conheça outras iniciativas relacionadas ao eixo Cultura para a Sustentabilidade em http://cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas

EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE DE VIDA

O que entendemos por Educação para a Sustentabilidade e Qualidade de Vida

O conceito de educação para sustentabilidade está baseado no aprimoramento da consciência crítica da sociedade. Para isso, é preciso estabelecer uma abordagem que inter-relacione e aprofunde aspectos sociais, ecológicos, econômicos, políticos, culturais, científicos, tecnológicos e éticos.

O tema ganhou ainda mais importância quando a Unesco lançou a Década Internacional da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, celebrada entre 2005 e 2014. O objetivo foi incorporar princípios e práticas do desenvolvimento sustentável a todos os aspectos da educação e da aprendizagem. O que implica em trabalhar pela inclusão social, defesa da diversidade e inclusão do tema sustentabilidade nos currículos e propostas pedagógicas. Pauta esta que vem sendo proposta pelo Ministério da Educação por meio do Programa Nacional de Educação Ambiental.

No Brasil o tema ganhou visibilidade com a aprovação, em 2014, do Plano Nacional de Educação (PNE), que contou com forte participação da sociedade civil organizada. Com indicadores e estratégias que visam à orientação das políticas públicas educacionais até 2024, a lei estabelece parâmetros para o fortalecimento de uma rede educacional de qualidade.

A formação de cidadãos esclarecidos sobre o desenvolvimento sustentável ocorrerá na medida em que a escola formar alunos críticos, que dialoguem com a realidade e que consigam se posicionar e atuar, de maneira sistêmica, na busca por soluções para problemas sociais e ambientais. Almeja-se, assim, uma educação de qualidade para todos.

Em conformidade com os novos parâmetros de desenvolvimento da ONU, esse eixo do Programa Cidades Sustentáveis dialoga com o ODS:

Objetivos e metas

Objetivo geral

- Integrar, na educação formal e não-formal, conhecimentos, valores e habilidades para a construção de um modo de vida sustentável e saudável.
  A sustentabilidade dos municípios prevê cidadãos bem formados, que consigam transformar informação em conhecimento para a vida prática. A educação ambiental pode modificar hábitos e construir uma sociedade apta ao desenvolvimento sustentável. Integrá-la de forma transversal à educação é o caminho para a transformação.

Objetivos Específicos

✔ Dentre as estratégias básicas da gestão municipal que vislumbrem uma efetiva educação para a sustentabilidade estão: prover a todos oportunidades educativas que lhes permitam papel protagonista no desenvolvimento sustentável local e regional; garantir a implementação do tema da sustentabilidade de forma transversal nas propostas pedagógicas; incentivar o papel dos meios de comunicação de massa na conscientização sobre os desafios socioambientais e as mudanças culturais necessárias à sustentabilidade; enfatizar a importância da educação ética, baseada em princípios e valores para uma condição de vida sustentável; garantir a universalização e a qualidade do ensino em todos os níveis, assegurando a participação da comunidade na gestão escolar; e estimular o ensino do esporte educacional.

Promover a educação para a sustentabilidade na gestão local é trabalhar para integrar ensino e vida, conhecimento e ética, em toda a sociedade.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e metas específicas

O acesso irrestrito e continuado à educação de qualidade é compreendido como alicerce de uma sociedade equitativa e sustentável.

ODS 4: Educação de qualidade

Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

A educação é uma parte importante de todo processo de transformação social e do desenvolvimento de uma cidade sustentável. O acesso irrestrito à educação de qualidade para todos é uma premissa da sustentabilidade, desde os anos iniciais até a formação profissional. Porém, a preocupação não deve se restringir à mera conclusão dos ciclos educacionais, mas garantir a qualidade do ensino oferecido.

Outro desafio é o enfrentamento dos déficits educacionais com estratégias inclusivas e equitativas. Programas de alfabetização de jovens e adultos ganham destaque, e devem ser associados a qualificações mais amplas e voltadas para a inserção de todos no mundo do trabalho.

De acordo com os mais recentes resultados do Indicador de Alfabetismo Funcional
(Inaf - 2011),

O percentual da população alfabetizada funcionalmente foi de **61%** em 2001 para **73%** em 2011, **mas apenas um em cada 4 brasileiros** domina plenamente as habilidades de leitura, escrita e matemática.

Além disso, a pesquisa realizada em todo o Brasil
evidencia um incremento do nível básico de habilidades
de leitura, escrita e matemática da população brasileira.

Porém, a proporção dos que atingem um nível pleno de habilidades se situa

em torno de **25%**, o que indica a necessidade
de transformações profundas no modelo do ensino oferecido.

Uma educação de qualidade assenta-se na valorização dos profissionais da área. Capacitações constantes e a construção de planos de carreira que ofereçam segurança e estabilidade para os professores são estratégias de desenvolvimento de uma educação transformadora.

Metas ODS 4

✔ **Meta 4.1 até 2030**, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.

✔ **Meta 4.2 até 2030**, garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário.

✔ **Meta 4.3 até 2030**, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.

✔ **Meta 4.4 até 2030**, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.

✔ **Meta 4.5 até 2030**, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.

✔ **Meta 4.6 até 2030**, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres, estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.

✔ **Meta 4.7 até 2030**, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

✔ **Meta 4.a** construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, includentes e eficazes para todos.

✔ **Meta 4.c até 2030**, aumentar substancialmente o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos estados insulares em desenvolvimento.

Os Indicadores e seus benefícios

Os indicadores deste eixo abordam os pontos-chave do ensino no país. Iniciam com a oferta de vagas nos diferentes níveis educacionais (pré-escola e ensinos fundamental, médio e superior), passam pelos dados relacionados à qualidade da educação e finalizam com os índices de problemas — como analfabetismo — e formas de aprimorar o acesso à educação.

Indicadores referentes ao eixo Educação para a Sustentabilidade e Qualidade de Vida

EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE DE VIDA

- 1 Acesso à internet nas escolas dos ensinos Fundamental e Médio
- 2 Adequação idade/ano no Ensino Fundamental
- 3 Alunos com acesso à quadra esportiva (coberta e descoberta)
- 4 Alunos com deficiência na rede regular de ensino
- 5 Alunos, professores e funcionários vítimas de violência no ambiente escolar
- 6 Analfabetismo funcional da população
- 7 Analfabetismo na população com 15 anos ou mais
- 8 Crianças e jovens de 4 a 17 anos na escola
- 9 Crianças plenamente alfabetizadas até os 8 anos de idade
- 10 Demanda atendida de vagas na pré-escola
- 11 Demanda atendida de vagas no Ensino Fundamental
- 12 Demanda atendida de vagas no Ensino Médio
- 13 Demanda atendida nas creches
- 14 Diversidade sociocultural no ensino municipal
- 15 Educação de Jovens e Adultos (EJA) integrada à educação profissional
- 16 Educação em tempo integral nas creches
- 17 Educação em tempo integral na pré-escola
- 18 Educação em tempo integral no Ensino Fundamental - anos finais
- 19 Educação em tempo integral no Ensino Fundamental - anos iniciais
- 20 Ensino superior concluído
- 21 Escolas com conselhos ativos
- 22 Escolas com dependências adequadas a pessoas com deficiência
- 23 Escolas com recursos para Atendimento Educacional Especializado
- 24 Escolas com temas transversais nos parâmetros curriculares
- 25 Escolas públicas com esporte educacional no turno obrigatório
- 26 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - anos finais
- 27 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - anos iniciais
- 28 Jovens com ensino médio concluído até os 19 anos de idade
- 29 Professores com formação em nível superior
- 30 Professores com licenciatura
- 31 Professores da Educação Básica com formação em educação especial
- 32 Prova Brasil - Língua portuguesa
- 33 Prova Brasil - Matemática
- 34 Razão entre as taxas de escolarização por gênero
- 35 Razão entre o número de alunos e professor na pré-escola
- 36 Razão entre o número de alunos e professor no Ensino Fundamental
- 37 Razão entre o número de alunos e professor no Ensino Médio

Como fazer?

Para sintetizar os conceitos apresentados sobre Educação para a Sustentabilidade e Qualidade de Vida, seguem abaixo exemplos práticos bem-sucedidos que podem servir como referência ou inspiração para o seu município:

Barcelona, Espanha

Cidade espanhola criou a Agenda 21 Escolar

Por meio do Programa de Educação para o Desenvolvimento Sustentável (Agenda 21 Escolar) são trabalhados temas como: segurança alimentar e agricultura sustentável; energia sustentável; cidades sustentáveis e áreas urbanas; gestão da água e saneamento; gestão sustentável dos oceanos (economia azul); prevenção de desastres naturais e adaptação às mudanças climáticas, biodiversidade, florestas e outros ecossistemas.

No ciclo 2014 - 2015, 342 escolas participaram do Programa com projetos que envolveram saúde, parques, compostagem, entre outros.

http://cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas/escolas-sustentaveis-em-barcelona

Sobral, CE

Cidade cearense é referência nacional em educação infantil

Priorizando metas simples, a Secretaria Municipal de Educação de Sobral definiu políticas para a alfabetização na idade certa e também para a alfabetização daqueles alunos que, mesmo escolarizados na 2a, 3a ou 4a séries, ainda não tinham adquirido as habilidades de leitura.

Como resultado de todo esse trabalho direcionado, Sobral alcançou o primeiro lugar no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) entre as cidades com mais de 100 mil habitantes e é o município com maior número de escolas públicas de qualidade em todo o país. Em 2014, o número de crianças alfabetizadas aos sete anos de idade chegou a 95,8% e dados de 2012 indicam que o percentual de crianças que não sabiam ler e escrever no 3° ano do ensino fundamental caiu de 48% para 3%.

http://cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas/sobral-no-ceara-e-referencia-nacional-em-educacao-infantil

Conheça outras iniciativas relacionadas ao eixo Educação para a Sustentabilidade e Qualidade de Vida em *http://cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas*

ECONOMIA LOCAL DINÂMICA, CRIATIVA E SUSTENTÁVEL

O que entendemos por Economia Local, Criativa e Sustentável

Uma economia local dinâmica e sustentável permite o aproveitamento eficiente e inteligente das vocações regionais e das características do território, e incorpora inovações e incentiva tendências que buscam zerar o impacto ambiental e a utilização de recursos naturais não renováveis. A Economia Criativa é um desses modelos, pois baseia-se no incentivo à economia do intangível, o que envolve produção, distribuição, troca e uso de bens simbólicos. O desenvolvimento de tal prática se dá pelo estímulo aos talentos que se organizam individual ou coletivamente para produzir bens e serviços inovadores.

A Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) estabelece alguns setores criativos e o Ministério da Cultura os classifica da seguinte forma:

- **Patrimônios** – Material, imaterial, arquivos e museus.
- **Expressões Culturais** – Artesanato, culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, artes visual e digital.
- **Espetáculos artísticos** – Dança, música, circo e teatro.
- **Audiovisual e Literatura** - Cinema e vídeo, publicações e mídias impressas.
- **Criações culturais e funcionais** – Moda, design e arquitetura.

O Brasil, por sua diversidade cultural, tem imenso potencial para o desenvolvimento da Economia Criativa (semelhante ao da biodiversidade para a Economia Verde). O que pode gerar alternativas energéticas, agricultura orgânica, extrativismo sustentável aliado ao desenvolvimento de biotecnologias, reciclagem generalizada, turismo ecológico, cooperativismo e economia solidária, e arranjos produtivos locais para aumentar a eficiência e a sustentabilidade em toda a cadeia produtiva.

Em conformidade com os novos parâmetros de desenvolvimento da ONU, esse eixo do Programa Cidades Sustentáveis dialoga com o ODS:

Objetivos e metas

Objetivo geral

- Apoiar e criar as condições para uma economia local dinâmica e criativa, que garanta o desenvolvimento e a geração de empregos sem prejudicar o ambiente.

A gestão pública deve considerar a cultura e a economia verde como eixos estratégicos das políticas de desenvolvimento sustentável do município, a fim de transformar a diversidade cultural e natural em potenciais criativos da região para a produção de bens e serviços que leve à geração de empregos e proteja o meio ambiente.

Objetivos Específicos

- A economia criativa e sustentável apoia-se em diversos pilares e demanda políticas multissetoriais. Por isso, é necessário que a gestão pública, com participação da comunidade, possa planejá-la para impulsionar as potencialidades do município.

Neste sentido, é fundamental a adoção de estratégicas como: introduzir medidas para estimular e apoiar o emprego local, o trabalho decente, a contratação de aprendizes e a formação de empresas; cooperar com a responsabilidade social empresarial, criando indicadores de sustentabilidade para as empresas; proteger a biodiversidade regional e o extrativismo controlado; apoiar a produção de orgânicos e fitoterápicos; incentivar o desenvolvimento da biotecnologia; promover o mercado de produções criativas locais; implementar o turismo local sustentável, entre outras.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e metas específicas

Para contribuir com o desenvolvimento social, o crescimento econômico precisa fortalecer o mercado de trabalho local e valorizar a capacitação dos trabalhadores e a inovação tecnológica inclusiva e sustentável.

ODS 2: Fome zero e agricultura sustentável

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

Quanto maior a desigualdade e a situação de vulnerabilidade de parcelas da sociedade, maiores os índices de violência e de baixa qualidade de vida, e menores os índices de educação, cultura e saúde.

As metas relacionadas a este ODS visam estimular o setor produtivo a combater as desigualdades. O incentivo e a valorização dos pequenos produtores são uma excelente forma de promover o desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, combater a fome e aumentar a renda dos trabalhadores rurais.

Segundo **a Organização da ONU para Alimentação e Agricultura (FAO)**, nos últimos anos o Brasil conseguiu diminuir

em **50%**

o número de pessoas que passam fome.

E isso de deu por meio de políticas públicas redistributivas e de geração de renda, assim como por estratégias de compra direta e capacitação de pequenos produtores.

Atualmente,

70%

do consumo de alimentos dos brasileiros provêm de agricultura familiar.

O que ajuda a dimensionar o impacto que políticas de acesso à terra e de estímulo à pequena produção podem gerar no processo de combate à fome e à miséria.

Meta ODS 2

✔ **Meta 2.3 até 2030**, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola.

ODS 7: Energia limpa e acessível

Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia, para todos

Apesar dos avanços registrados nas últimas décadas, o Brasil ainda mantém precárias instalações que impedem o desenvolvimento de políticas públicas estruturais, como as voltadas à garantia de serviços básicos de água, luz, internet e energia.

Estes entraves podem ser solucionados por meio do investimento relevante em infraestrutura, desde que o foco esteja nas tecnologias sustentáveis, maximizando os resultados das ações sem gerar danos ao meio ambiente e à sociedade. Exemplo de iniciativas que vão ao encontro dessa diretriz estão as energias renováveis, em suas diversas modalidades (hídrica, eólica, solar, geotérmica e biomassa).

Políticas que visem ao desenvolvimento tecnológico das cidades vêm sendo desenvolvidas, mas ainda de forma lenta e gradual. A meta relacionada a este ODS visa valorizar ações que busquem expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços essenciais, garantindo o acesso a todos e a qualidade de vida.

Meta ODS 7

✔ **Meta 7.b**, até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países menos desenvolvidos, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respectivos programas de apoio.

ODS 8: Trabalho decente e crescimento econômico

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos

O desenvolvimento de sociedades sustentáveis exige o estabelecimento de novos parâmetros para o crescimento econômico. E, diferentemente do passado, não é mais possível obtê-lo a qualquer custo. Deste modo, compreende-se que a eficiência e a produtividade devem estar diretamente vinculadas às metas de desempenho de uma economia com responsabilidade socioambiental em todos os elos e dimensões de sua cadeia produtiva.

Neste sentido, o fortalecimento do mundo do trabalho é fundamental para a construção de uma sociedade justa e equitativa. A valorização dos trabalhadores e o combate às formas de exploração predatórias devem ser efetivados por meio de estratégias que promovam o emprego decente, o empreendedorismo e a valorização da criatividade e da inovação. Além disso, o desenvolvimento econômico deve estar totalmente dissociado de processos que causem degradação ambiental.

Por outro lado, o Brasil ainda tem desafios específicos: segundo o **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**, a partir de dados da PNAD 2013, mais de **40%** dos trabalhadores ainda estão empregados no setor informal, sem carteira de trabalho assinada e garantia de direitos.

A baixa inserção no mercado formal de trabalho, a fragilidade de leis trabalhistas, a vulnerabilidade social de determinados grupos, entre outras especificidades, exigem que os gestores atentem de forma especial para segmentos da sociedade como as mulheres, pessoas com deficiência e crianças.

Metas ODS 8

✔ **Meta 8.1** sustentar o crescimento econômico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 7% do produto interno bruto [PIB] nos países menos desenvolvidos.

✔ **Meta 8.2** atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra.

✔ **Meta 8.3** promover políticas orientadas para o desenvolvimento, que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.

✔ **Meta 8.4** (adaptada ao contexto municipal) melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental.

✔ **Meta 8.5 até 2030**, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor.

✔ **Meta 8.6 até 2020**, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação.

✔ **Meta 8.7** tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a moderna escravidão e tráfico de pessoas e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas.

✔ **Meta 8.9 até 2030**, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais.

✔ **Meta 8.b até 2020**, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho [OIT].

ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestrutura

Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

No Brasil, o setor industrial representou uma parcela significativa do crescimento econômico por muitos anos. E ainda se mostra um importante polo de emprego, renda e desenvolvimento. Porém, a indústria causa impactos ambientais significativos por conta da poluição decorrente do seu modo de produção, do alto consumo de energia, e da utilização em escala dos recursos naturais como matéria prima.

Segundo dados da Global Footprint Network, divulgados em 2014 em parceria com a WWF, o planeta esgotou seus recursos naturais para aquele ano em 19 de agosto. Isso significa que, daquela data em diante, toda a população mundial utilizou recursos naturais a mais do que o planeta poderia oferecer - uma espécie de "cheque especial" do meio ambiente.

O investimento em tecnologia e em soluções sustentáveis está entre as principais saídas para combater os impactos da indústria. Para que esse investimento seja bem implementado, é importante apostar em parcerias multissetoriais, incluindo, além do poder público e do setor industrial, a sociedade, as organizações sociais e as instituições de ensino.

As metas relacionadas ao ODS 9 visam incentivar, medir e valorizar as ações do poder público que têm por objetivo fazer com que a indústria prospere, mas sem criar danos à sociedade e ao meio ambiente. As metas também focam no investimento em tecnologia, com o objetivo de modernizar toda a cadeia produtiva, propiciando a inclusão social, emprego e renda.

Metas ODS 9

✔ **Meta 9.1** desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos.

✔ **Meta 9.2** promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no setor de emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países menos desenvolvidos.

✔ **Meta 9.3** aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e sua integração em cadeias de valor e mercados.

✔ **Meta 9.4 até 2030**, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência no uso de recursos aumentada e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente adequados; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades.

ODS 12: Consumo e produção responsáveis

Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis

Uma das grandes potencialidades brasileiras, a indústria do turismo depende essencialmente das gestões locais para que seja próspera e sustentável.

Em 2015, segundo **Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC)**, o turismo brasileiro movimentou cerca de

R$ 500 bilhões.

O Ecoturismo, por exemplo, é a grande aposta. Segundo dados da **Organização Mundial do Turismo (OMT)**, este segmento cresce no mundo com taxas entre

15% e **25%**

ao ano.

No levantamento realizado **com turistas estrangeiros pelo Ministério do Turismo (MTur)**, em parceria com a **Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas** (Fipe), em 2012, foi demonstrado que

5 milhões de estrangeiros (o que representa a metade dos turistas internacionais) **vêm ao Brasil em busca de lazer e atividades junto à natureza.**

O cenário é promissor, mas, se não for bem estruturado, o turismo pode ser predatório, descaracterizando o espaço visitado e destruindo as riquezas naturais locais.

Quando bem planejado, o turismo sustentável também pode ampliar as receitas do município, fazer girar a economia local e ser utilizado em estratégias de educação ambiental por suas características educacionais e pedagógicas.

O Ministério do Turismo oferece diretrizes para a implementação de ferramentas de monitoramento e avaliação referentes à gestão do turismo sustentável no País. A campanha Passaporte Verde, realizada pelo PNUMA no Brasil em parceria com os Ministérios do Turismo e do Meio Ambiente, promove o "Compromisso Voluntário Passaporte Verde", pelo qual estabelecimentos do setor de turismo se comprometem com medidas de sustentabilidade em seus negócios, apresentando seus resultados após um ano.

Meta ODS 12

✔ **Meta 12.b** desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais.

Os Indicadores e seus benefícios

Os indicadores do eixo refletem a importância de uma economia local dinâmica e sustentável ao analisarem as questões de desemprego adulto e dos jovens, o trabalho infantil e a eficiência energética e hídrica na economia.

Indicadores referentes ao eixo Economia Local Dinâmica, Criativa e Sustentável

ECONOMIA LOCAL DINÂMICA, CRIATIVA E SUSTENTÁVEL

- 1 Acesso ao crédito para pequenos empresários
- 2 Aprendizes contratados no município
- 3 Capacitação profissional e incentivo ao primeiro emprego
- 4 Consumo de água na atividade econômica local
- 5 Crianças e adolescentes afastados de situação irregular de trabalho infantil
- 6 Desemprego
- 7 Desemprego de jovens
- 8 Divulgação de indicadores de sustentabilidade para o turismo
- 9 Eficiência energética da economia local
- 10 Emissões de gases de efeito estufa
- 11 Empregos em atividades turísticas
- 12 Empregos formais
- 13 Empresas locais com indicadores de sustentabilidade
- 14 Empresas que realizam logística reversa de resíduos
- 15 Fomento à eficiência energética local
- 16 Intensidade de emissões do setor de infraestrutura
- 17 Investimento público em infraestrutura como proporção do PIB
- 18 Jovens de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham
- 19 Lista suja do trabalho análogo à escravidão
- 20 Material reciclado em atividades industriais
- 21 Modernização tecnológica e inovação na administração municipal
- 22 Ocupação das pessoas com 16 anos de idade ou mais
- 23 Orçamento municipal investido em Ciência e Tecnologia
- 24 Participação da agricultura familiar nas culturas e na pecuária
- 25 Participação da indústria no PIB municipal
- 26 PIB do município
- 27 PIB do turismo
- 28 PIB municipal per capita
- 29 Promoção das atividades culturais e produção local
- 30 Quantidade produzida, área plantada e valor da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas
- 31 Rendimento médio do trabalho principal das pessoas de 16 anos de idade ou mais
- 32 Salário médio por hora de homens e mulheres por ocupação
- 33 Trabalho precário
- 34 Tratamento de esgoto e resíduos da atividade econômica local
- 35 Variação dos empregos no setor industrial

Como fazer?

Para sintetizar os conceitos apresentados sobre Economia Local Dinâmica, Criativa e Sustentável, seguem abaixo exemplos práticos bem-sucedidos que podem servir como referência ou inspiração para o seu município:

Seul, Coréia do Sul

Reconhecida como a Cidade que Compartilha

Seul optou pelo desenvolvimento de uma economia compartilhada. A cidade implantou políticas que incentivam o surgimento de empresas de economia colaborativa que, além de oferecerem serviços mais palpáveis para a população, criam postos de trabalho, geram lucro para o país e, dessa forma, utilizam melhor os recursos existentes.

A meta da prefeitura é promover mais de 300 empresas de compartilhamento até 2018. Em 2015, 57 delas participavam do projeto, além de outras organizações. Desde o início do projeto, em 2012, as vendas de muitas das empresas cadastradas aumentaram cerca de nove vezes.

As atividades foram expandidas em vários campos e, com isso, mais de 100 cidades enviaram representantes à Seul para aprenderem as políticas de compartilhamento.

http://cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas/seul-cidade-que-compartilha

Ubiratã, PR

Programa Campo Fácil investe nos pequenos produtores

O programa tem o foco na agricultura familiar e nos pequenos produtores, com o objetivo de evitar o êxodo rural. Como resultado, houve o incremento na produtividade e a ampliação da renda desses profissionais, além da melhoria na qualidade dos produtos.

Atualmente, a iniciativa oferece assistência técnica a 150 produtores e 73 deles foram incluídos nos Programas de Compra Direta (PAA): Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Antes do Campo Fácil, 30% da merenda escolar servida era extraída do campo - depois, este índice saltou para 70%.

http://cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas/programa-campo-facil

Conheça outras iniciativas relacionadas ao eixo Economia Local, Dinâmica, Criativa e Sustentável em *http://cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas*

CONSUMO RESPONSÁVEL E OPÇÕES DE ESTILO DE VIDA

O que entendemos por Consumo Responsável e Opções de de Estilo de Vida

Consumir de forma sustentável significa escolher bens e serviços que atendam às necessidades básicas e proporcionem melhor qualidade de vida, ao mesmo tempo em que minimizam o uso de recursos naturais e de materiais tóxicos, bem como a geração de resíduos e a emissão de poluentes. Produzir de maneira sustentável consiste em incorporar as melhores práticas, visando diminuir os custos ambientais e sociais na cadeia produtiva dos bens e serviços.

Tanto o consumo quanto a produção são parâmetros para planejamento do futuro das sociedades e da vida no planeta, de acordo com definição do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

Nas últimas décadas o Brasil tornou-se um dos países mais competitivos no mercado internacional do agronegócio.

Entretanto, continua entre as **10** nações que mais desperdiçam comida no mundo.

Cerca de **35%** de toda a produção agrícola vai para o lixo.

Isso significa que mais de **10** milhões de toneladas de alimentos poderiam estar na mesa dos **54** milhões de brasileiros que vivem na pobreza.

Os principais parâmetros para promover o consumo e a produção sustentáveis, segundo o Instituto Akatu, são:

1. Utilizar produtos com maior durabilidade, no lugar dos descartáveis ou que apresentem obsolescência acelerada;
2. Privilegiar a produção e o desenvolvimento locais, ao invés da produção global;
3. Usar de forma compartilhada os produtos, em substituição à posse e ao uso individual;
4. Adotar modos de produção, de produtos e serviços, que sejam socioambientalmente sustentáveis;
5. Reduzir o desperdício de alimentos e produtos, por meio do aproveitamento integral desses itens e do prolongamento de sua vida útil;
6. Incentivar a satisfação pelo uso dos produtos e não pelo ato de comprá-los em excesso;
7. Dar mais importância às emoções, ideias e experiências do que aos produtos materiais;
8. Valorizar a cooperação acima da competição;

O incentivo ao consumo consciente pode ser feito por meio de campanhas de esclarecimento à população. A administração pública pode também promover ações concretas que visem ao consumo consciente, à redução, reutilização e reciclagem de produtos.

Em conformidade com os novos parâmetros de desenvolvimento da ONU, esse eixo do Programa Cidades Sustentáveis dialoga com os ODS:

Objetivos e metas

Objetivo geral

- Adotar e proporcionar o uso responsável e eficiente dos recursos e incentivar um padrão de produção e consumo sustentáveis.

  Entre as medidas importantes para uma economia sustentável estão a criação de condições e a concessão de incentivos à produção de bens que utilizem menos recursos naturais em sua confecção e que poderão ser facilmente reaproveitados. Também podem ser realizadas campanhas que estimulem a compra apenas dos produtos essenciais e orientem sobre o prolongamento de sua vida útil.

Objetivos Específicos

- O principal caminho para implantação de um planejamento local sustentável deve ser a educação dos moradores para a diminuição do consumo e do desperdício e a destinação correta de todo tipo de resíduo.

  Para isso, é fundamental investir em ações que visem evitar e reduzir a geração de resíduos e aumentar a reutilização e a reciclagem, com a inclusão social das cooperativas de catadores e recicladores. É preciso também: gerir e tratar os resíduos de acordo com técnicas e modelos sustentáveis; evitar desperdícios de energia, melhorar a eficiência energética e incentivar a autossuficiência; e adotar uma política rigorosa de compras públicas sustentáveis.

  É dever do gestor local, ainda, promover ativamente a produção e o consumo sustentáveis, incentivando e regulamentando cadeias produtivas com certificações, rótulos ambientais, produtos orgânicos, éticos e de comércio justo.

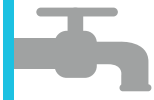
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e metas específicas

É preciso assegurar a alimentação da população, estabelecer políticas de segurança alimentar, atentando especialmente para todos os tipos de resíduos e seu descarte.

ODS 6: Água potável e saneamento

Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos

A urbanização acelerada e desprovida de planejamento faz com que muitas das fontes de água potável estejam poluídas e impróprias para o uso. Além disso, o uso irresponsável e excessivo desse recurso por todos os segmentos da sociedade está acelerando a escassez hídrica.



No que tange à **coleta e ao tratamento de esgotos**, é alarmante saber que menos de **50%** dos domicílios brasileiros estão conectados à rede, assim como apenas **38,7%** do total coletado recebe tratamento antes de ser despejado nos leitos dos rios e córregos.

Segundo a **Organização das Nações Unidas (ONU)**, cada pessoa necessita de cerca de **110** litros de água por dia. No Brasil, o consumo médio de água por pessoa é de aproximadamente **166,3** litros por dia.

Meta ODS 6

- **Meta 6.1 até 2030**, alcançar o acesso universal e equitativo à água potável, segura e acessível para todos.

ODS 7: Energia limpa e acessível

Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia, para todos

As energias renováveis apresentam inúmeras vantagens, como elevada disponibilidade, emissão zero de gases com efeito estufa (exceto quando necessária a construção ou exploração de uma estrutura ou nos casos de biocombustíveis), permitem a descentralização da produção e, com isso, diminuem a necessidade de utilização de sistema de transporte de energia e minimizam os riscos ecológicos.

Tendo em vista todos esses benefícios, é importante destacar a necessidade de inserir nos municípios políticas para a produção, distribuição e consumo de diferentes fontes de energia. O nível de desenvolvimento técnico da nossa sociedade demanda o uso contínuo e intenso de energia, desde a vida cotidiana até os diferentes setores da produção. A utilização de energias renováveis deve permear a estratégia para as cidades sustentáveis, pois são eficientes, não poluentes e praticamente inesgotáveis.

Metas ODS 7

✔ **Meta 7.2** aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global até 2030.

✔ **Meta 7.3** dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética até 2030.

ODS 11: Cidades e comunidades sustentáveis

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

Consórcios públicos, convênios e parcerias que envolvem os diferentes setores da sociedade, planejamentos específicos que levam em conta elementos comuns, são algumas das propostas para otimizar a utilização dos recursos tanto naturais quanto financeiros.

O compartilhamento das obrigações e dos cuidados e a coresponsabilização dos gestores, empresários e sociedade civil que usufruem de benefícios da vida em sociedade contribuem para uma maior conscientização da importância de ações coletivas por bens comuns.

Consórcios intermunicipais relacionados à gestão dos resíduos, planejamento hídrico que leve em conta a bacia hidrográfica comum em determinada região ou mesmo o auxílio das empresas e indústrias para a realização de determinado empreendimento que vise favorecer o bem comum, são atitudes fundamentais para o desenvolvimento urbano justo e sustentável.

Metas ODS 11

✔ **Meta 11.6 até 2030**, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros.

✔ **Meta 11.a** apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, peri-urbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento.

ODS 12: Consumo e produção responsáveis

Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis

O consumo sustentável está diretamente ligado à eficiência nos padrões de produção, uso e descarte de diferentes recursos. Assim, para promovê-lo e monitorá-lo, é fundamental coibir a ineficiência na produção e incentivar a redução de desperdícios, o manejo correto de resíduos sólidos e a diminuição da emissão de poluentes.

A produção e o manejo do lixo são temas de destaque.

De acordo com dados de 2015 da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe),

cada brasileiro gera, em média,

1 kg

de lixo por dia.

De modo geral, a produção de lixo no Brasil aumentou **29%** de 2003 a 2014.

Contudo, é preocupante observar também que a quantidade de resíduos com destinação adequada não acompanha esse crescimento, pois apenas 58,4% do total é direcionado para aterros sanitários adequados e somente 3% é reciclado.

Metas ODS 12

✔ **Meta 12.3 até 2030,** reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita.

✔ **Meta 12.4 até 2020**, alcançar o manejo ambientalmente adequado dos produtos químicos e de todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente.

✔ **Meta 12.5 até 2030**, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reutilização.

✔ **Meta 12.8 até 2030**, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza.

Os Indicadores e seus benefícios

Os indicadores deste eixo abrangem desde a redução/educação sobre o consumo de bens (água, eletricidade, geração de resíduos) e a geração de resíduos per capita, passando pela inclusão dos catadores no sistema de gestão local de resíduos, até a destinação correta dos rejeitos produzidos.

Indicadores referentes ao eixo Consumo responsável e opções de estilo de vida

CONSUMO RESPONSÁVEL E OPÇÕES DE ESTILO DE VIDA

- 1 Acesso a serviço de coleta de lixo doméstico
- 2 Coleta seletiva
- 3 Consumo de água per capita
- 4 Consumo de eletricidade per capita
- 5 Consumo municipal anual de agrotóxicos e afins por área plantada
- 6 Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado
- 7 Economia por distribuição eficiente de energia
- 8 Inclusão de catadores no sistema de coleta seletiva
- 9 Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
- 10 Produção e consumo de orgânicos
- 11 Quantidade de resíduos per capita
- 12 Reciclagem de resíduos sólidos
- 13 Recuperação de materiais recicláveis
- 14 Resíduos depositados em aterros sanitários
- 15 Volume de resíduos orgânicos destinados à compostagem

Como fazer?

Para sintetizar os conceitos apresentados sobre Consumo Responsável e Opções de Estilo de Vida, seguem abaixo exemplos práticos bem-sucedidos que podem servir como referência ou inspiração para o seu município:

Kitakyushu, Japão

Primeiro município do País a desenvolver o conceito de Eco-Cidade

O foco do projeto é promover uma sociedade orientada para a reciclagem, ou seja, facilitar o uso de qualquer tipo de resíduo como matéria-prima para as outras indústrias de modo que a emissão de resíduos descartados ao meio ambiente se aproxime de zero. Para isso, foi construído o complexo industrial ambiental. Trata-se de um grande pátio que permite que as empresas lidem com os materiais recicláveis gerados numa ampla área. Pode ser considerado um polo que fecha o ciclo dos materiais das diferentes indústrias e, dessa forma, cria uma cadeia de reciclagem entre elas.

Em Kitakyushu, a taxa de reciclagem em 1997 era 12%. Em 2009, foi de 30,4%. Atualmente, o efeito na redução do CO2 foi de 380.000 toneladas ao ano e os visitantes no grande complexo industrial, para aprenderem sobre a cadeia de reciclagem, já ultrapassaram a marca de um milhão.

http://cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas/kitakyushu-no-japao-foi-o-primeiro-municipio-do-pais-desenvolver-o-conceito-de-eco

Caxias do Sul, RS

Troca Solidária estimula a agricultura local

O Programa visa incentivar o descarte correto do lixo reciclável, complementar a alimentação dos moradores da cidade e estimular a agricultura local. A iniciativa garante que a população troque quatro quilos de resíduos recicláveis por um quilo de alimento. A ação estimula a limpeza da cidade ao mesmo tempo em que beneficia inúmeras famílias, colocando à mesa um complemento alimentar.

Os agricultores da região são beneficiados, uma vez que já têm garantido uma porcentagem de venda de seus produtos para a Prefeitura.

Em 2014, o programa alcançou 2.550 toneladas de lixo recolhidas e 640 toneladas de alimentos entregues, beneficiando 61 mil famílias. Além disso, somando recicladores e agricultores, o programa emprega cerca de 450 pessoas.

http://cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas/troca-solidaria-em-caxias-do-sul-estimula-agricultura-local

Conheça outras iniciativas relacionadas ao eixo Consumo Responsável e Opções de Estilo de Vida em http://cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas

MELHOR MOBILIDADE, MENOS TRÁFEGO

O que entendemos por melhor Mobilidade, Menos Tráfego

O conceito de melhor mobilidade e menos tráfego representa a busca por soluções para o fenômeno contemporâneo da expansão urbana e do crescimento da frota de veículos. Este contexto provocou a saturação do sistema viário das cidades e dos serviços de transporte de massa, e o aumento da poluição atmosférica com sérias consequências à saúde pública.

No entanto, apesar da aparente sensação de que esse cenário é insolúvel a curto prazo, diversas cidades do mundo desenvolveram planos e realizaram investimentos que equacionaram o desafio do transporte urbano. Entre as inovações adotadas está a integração intermodal, que estimula o uso do transporte público e do não motorizado e beneficia a população de maneira geral.

Na esfera federal, o governo aprovou em janeiro de 2012 a Política Nacional de Mobilidade Urbana, que estabelece para os municípios acima de 20 mil habitantes a obrigatoriedade de elaborarem um plano de mobilidade alinhado ao Plano Diretor local. Pela lei, as cidades que não entregaram seus respectivos planos municipais até abril de 2015 estão impedidas de receber recursos orçamentários federais destinados à mobilidade urbana até que atendam à exigência da Política Nacional.

A Política Nacional de Mobilidade Urbana está fundamentada em nove princípios que devem orientar o planejamento da mobilidade nos municípios:

1. **Acessibilidade universal;**
2. **Desenvolvimento sustentável das cidades, nas dimensões socioeconômicas e ambientais;**
3. **Equidade no acesso dos cidadãos ao transporte público coletivo;**
4. **Eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços de transporte urbano;**
5. **Gestão democrática e controle social do planejamento e avaliação da Política Nacional de Mobilidade Urbana;**
6. **Segurança nos deslocamentos das pessoas;**
7. **Justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do uso dos diferentes modos e serviços;**
8. **Equidade no uso do espaço público de circulação, vias e logradouros;**
9. **Eficiência, eficácia e efetividade na circulação urbana.**

Em conformidade com os novos parâmetros de desenvolvimento da ONU, esse eixo do Programa Cidades Sustentáveis dialoga com os ODS:

Objetivos e metas

Objetivo geral

- Promover a mobilidade sustentável, reconhecendo a interdependência entre os transportes, a saúde, o ambiente e o direito à cidade.

  Os fatores externos que afetam a saúde e provocam doenças têm relação, entre outros motivos, com a ausência de investimentos em infraestrutura, educação, transporte, saneamento, habitação e serviços de saúde. Destinações financeiras essas que decorrem de decisões políticas.

  No que diz respeito ao transporte, o plano estratégico do município deve contemplar ações que melhorem as condições de mobilidade urbana, para que impactem positivamente na saúde pública, na qualidade do ar e no direito à locomoção.

Objetivos Específicos

- Reduzir a necessidade de utilização do transporte individual motorizado e promover meios de transportes coletivos acessíveis a todos, a preços módicos, é a estratégia básica para gestores locais que efetivamente apostam na mobilidade sustentável em suas cidades.

  Nesse contexto, é fundamental que aumentem a parcela de viagens realizadas em transportes públicos, a pé ou de bicicleta; desenvolvam e mantenham uma boa infraestrutura para locomoção de pedestres e pessoas com deficiências, com calçadas e travessias adequadas; acelerem a transição para veículos menos poluentes e reduzam o impacto dos transportes sobre o ambiente e a saúde pública.

  Iniciativas estas que podem ser a base de um plano de mobilidade urbana integrado e sustentável, desenvolvido de forma participativa.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e metas específicas

O investimento em ações que visem à mobilidade urbana é condição essencial para o desenvolvimento sustentável dos municípios. Aspecto central para a garantia do direito à cidade, prevê o respeito à vida e a inserção de todos no sistema público de transportes como prioridades.

ODS 3: Saúde e bem-estar

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

Pensar a mobilidade do ponto de vista da saúde e do bem-estar inclui uma série de preocupações. Duas das questões mais relevantes que impactam diretamente na saúde da população dizem respeito à violência no trânsito e às emissões de gases poluentes provenientes da utilização de automóveis.

De acordo com o **Mapa da Violência de 2013**, **entre 1980 e 2011 foram vítimas fatais diversos tipos de violência no trânsito** cerca de **1** milhão de pessoas.

Ainda segundo a mesma pesquisa, **reelaborada em 2014, trata-se de uma das principais causas de morte dos jovens brasileiros de 15 a 29** anos.

Em 2011, **66,6%** das vítimas do trânsito foram pedestres, ciclistas e motociclistas.

Um levantamento feito pelo Observatório Nacional de Segurança Viária, com base nos pedidos de indenização ao DPVAT (o seguro obrigatório de veículos), revela que, no Brasil, em 2012, foram registradas mais de **60 mil mortes**, um aumento de **4%** em relação a 2011, e **352 mil casos de invalidez permanente**.

Em contrapartida, na Alemanha as mortes em acidentes de trânsito caíram **81% nos últimos quarenta anos** e a Austrália reduziu a mortandade nas ruas e estradas em **40% ao longo de duas décadas.** A China precisou de apenas **dez anos** para reverter uma situação calamitosa em que os acidentes de trânsito haviam se tornado a principal causa de morte entre os cidadãos de até **45 anos de idade**. Entre 2002 e 2011, o número de mortes por colisões, quedas de moto ou bicicleta e atropelamentos diminuiu **43%**.

Em relação à emissão de gases poluentes por automóveis e seus efeitos na saúde, é consenso a necessidade de reduzir os níveis de emissões provenientes dos veículos.

Segundo o relatório "Reducing global health risks through mitigation of short-lived climate pollutants" lançado em 2015, **a poluição do ar provoca a morte de mais de 7 milhões de pessoas por ano**. Com esse dado, a Organização Mundial da Saúde (OMS) ressalta a necessidade inadiável de reduzir as emissões de poluentes aéreos. E, para isso, a OMS propõe medidas que podem aliviar a pressão dos gases sobre o clima e a saúde humana. Entre as sugestões, algumas intervenções são consideradas fundamentais no que se relaciona à mobilidade urbana: a implementação de exigências mais rígidas para reduzir as emissões de veículos à base de combustíveis fósseis; políticas que priorizam o trânsito rápido, por meio de investimentos em transporte público; e a construção de redes seguras para ciclistas e pedestres.

A preocupação com a vida é uma diretriz fundamental para políticas públicas que visem melhorar a qualidade da mobilidade nas cidades brasileiras. Para tanto, é responsabilidade dos gestores públicos a instituição de ações afirmativas para diminuição da poluição e da violência no trânsito.

Meta ODS 3

✔ **Meta 3.6 até 2020**, reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas.

ODS 11: Cidades e comunidades sustentáveis

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

A mobilidade urbana é fundamental para que o indivíduo exerça sua cidadania.

O direito de circular pela cidade deve ser garantido com a formação de uma rede capilarizada de transporte público de qualidade, com redes interligadas de ônibus, trem e metrô, além do incentivo ao transporte não motorizado, como as ciclovias.

Alguns países mantêm ampla rede de ciclovias que, inseridas no sistema de transporte, melhoram a mobilidade urbana.

Como exemplos estão

as cidades de Bogotá, com **359 km** de ciclovias; **São Paulo**, com **401,8 km**; **Nova York**, com **675 km**; e **Berlim**, com **750 km**.

E também os casos de **Copenhague**, onde

da população usa bicicletas diariamente

e de **Tóquio** e **Amsterdã**, onde

dos trajetos são feitos de bicicleta.

Meta ODS 11

✔ **Meta 11.2 até 2030**, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos.

Os Indicadores e seus benefícios

Os indicadores deste eixo têm como foco a mobilidade sustentável e a segurança no trânsito. Para isto, além de melhoria na infraestrutura e na logística do transporte urbano, devem ser realizadas campanhas educativas e investimentos bem planejados – a exemplo de corredores de ônibus e ciclovias exclusivas - que beneficiem a coletividade.

No entanto, em razão do contínuo crescimento urbano, do aumento da população e do fluxo de pessoas entre diferentes lugares, é preciso conciliar políticas públicas para solução dos problemas atuais com um planejamento estratégico de médio e longo prazos, induzindo à descentralização econômica entre as diversas regiões da cidade como forma de reduzir a necessidade diária de deslocamentos, assim como também planejar seriamente o desenvolvimento metropolitano.

Indicadores referentes ao eixo melhor mobilidade, menos tráfego

MELHOR MOBILIDADE, MENOS TR[AFEGO

- 1 Acidentes de trânsito
- 2 Atropelamentos
- 3 Ciclovias e ciclofaixas exclusivas
- 4 Congestionamentos
- 5 Corredores exclusivos de ônibus
- 6 Custo anual dos acidentes de trânsito
- 7 Frota de ônibus com acessibilidade para pessoas com deficiência
- 8 Mortes no trânsito
- 9 Orçamento do município destinado ao transporte público
- 10 Peso da tarifa de transporte público no orçamento mensal
- 11 Proximidade de transporte público
- 12 Tempo médio gasto da moradia ao local de trabalho
- 13 Transporte público por ônibus com energia sustentável

Como fazer?

Para sintetizar os conceitos apresentados sobre Melhor Mobilidade, Menos Tráfego, seguem abaixo exemplos práticos bem-sucedidos que podem servir como referência ou inspiração para o seu município:

Maricá, RJ

Transporte público é gratuito em Maricá

Em dezembro de 2014 foi implantada em Maricá uma política pública que beneficia a população da cidade no que tange o direito de ir e vir assegurado. Para isso, começaram a circular na cidade as primeiras linhas de ônibus com tarifa zero.

Desde que começou a operar, em pouco mais de um mês, os ônibus gratuitos já transportaram mais de 200 mil passageiros. A Prefeitura de Maricá estima que já esteja atendendo 70% da população.

http://cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas/transporte-publico-gratuito-em-marica

Seul, Coréia do Sul

Desafios e realizações em transporte urbano sustentável

Nos últimos anos, o governo de Seul investiu no desenvolvimento de políticas públicas para melhorar a mobilidade na cidade, com base em um modelo sustentável que prioriza o transporte público.

Para alcançar o sucesso na política da mobilidade algumas ações foram fundamentais, como investir na pontualidade do transporte público; na ampliação do metrô (a cidade tem atualmente 10 linhas com 265 estações que somam 286,9 Km e transportam 4,4 milhões de pessoas) e em mais de 2.000 km de ciclovias pavimentadas, muito bem sinalizadas e seguras, e com boa estrutura para cicloturistas.

As autoridades passaram a medir o nível de satisfação da população e 90% da população se dizem muito satisfeitos com o novo sistema de transporte público de Seul.

http://cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas/seul-desafios-e-realizacoes-em-transporte-urbano-sustentavel

Conheça outras iniciativas relacionadas ao eixo Melhor Mobilidade, Menos Tráfego em http://cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas

AÇÃO LOCAL PARA A SAÚDE

O que entendemos por Ação Local para a Saúde

Saúde e educação estão entre os principais fatores que elevam os índices de desenvolvimento humano. Ação local para a saúde, como política pública, significa a promoção de iniciativas, informações e conhecimentos para se ter uma vida mais saudável, assim como investimentos no sistema público para que ele possa ser mais efetivo no atendimento às necessidades da população. Precisa ainda considerar tanto os fatores de risco à saúde pública quanto as demandas específicas de cada território.

A Saúde deve ser compreendida como eixo focal de políticas públicas integradas. De natureza sistêmica, o setor se inter-relaciona com outras esferas municipais, como o fornecimento de saneamento básico, acesso à água potável, serviço de coleta de lixo, poluição do ar, mudanças climáticas, e políticas de orientação e informação sobre alimentação saudável e adequada e de atenção ao consumo de bebidas e drogas em geral.

A política municipal de saúde também demanda diretrizes que levem a um planejamento urbano integrado, que propicie o acesso adequado aos equipamentos de saúde pelos cidadãos e informações claras e precisas sobre o serviço. A comunicação é um elemento fundamental para a socialização dos sistemas de saúde e o fortalecimento da gestão pública.

A base de dados do município deve ser atualizada com estudos e indicadores que avaliem a qualidade da saúde pública prestada no território e que possam servir de guia para as ações do setor. A política de saúde tem de abranger a infraestrutura física, a incorporação de métodos e equipamentos inovadores, a qualificação e atualização dos profissionais (que resulte em agilidade e qualidade do atendimento) e o acesso de todos aos serviços.

É importante ressaltar que a Política Nacional de Promoção da Saúde, do Governo Federal, estabelece as diretrizes básicas do serviço em âmbito nacional e que devem ser implantadas nos municípios de acordo com suas realidades locais. Da mesma forma que a Educação, a Saúde demanda que o poder público municipal defina políticas que envolvam os mais diferentes setores da administração, de forma integrada e transversal.

Em conformidade com os novos parâmetros de desenvolvimento da ONU, esse eixo do Programa Cidades Sustentáveis dialoga com os ODS:

Objetivos e metas

Objetivo geral

- Proteger e promover a saúde e o bem-estar dos cidadãos. Os programas de promoção e prevenção da saúde necessitam de um acompanhamento local eficiente e permanente, de forma que os investimentos no setor possam gerar os benefícios desejados ao integrar as orientações para uma vida saudável, os avanços das tecnologias e conhecimentos, bem como a formação e valorização dos profissionais da área.

Objetivos Específicos

✔ As diretrizes para a Saúde são abrangentes e contemplam desde o planejamento urbano, que influencia diretamente a qualidade de vida, até a equidade no acesso aos serviços públicos, passando pela prevenção de doenças e a divulgação dos indicadores.

Disseminar informações à sociedade sobre as condições essenciais para uma vida com saúde é premissa básica para o gestor local. Além disso, é necessário estimular o planejamento urbano para o desenvolvimento saudável das cidades; garantir a equidade no acesso com especial atenção aos mais pobres; promover estudos de avaliação da saúde pública, a gestão participativa e o controle social sobre o sistema; determinar aos urbanistas que integrem condicionantes de saúde nas estratégias de planejamento urbano; e incentivar a alimentação adequada e a prática de atividades físicas e esportistas que enfatizem os valores de uma vida saudável.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e metas específicas

Um desafio importante é aperfeiçoar o registro e o tratamento dos dados da Saúde, de forma a subsidiar políticas que melhorem substancialmente o bem-estar e a prevenção de doenças.

ODS 2: Fome zero e agricultura sustentável

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

Assim como o fim da pobreza, a erradicação da fome é um aspecto central de qualquer estratégia que vise ao desenvolvimento sustentável. E o enfrentamento de ambos os problemas começa com a definição de marcos políticos que ajudem a fortalecer os sistemas de proteção social.

De acordo com a **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)**, **de 2013**, o percentual de domicílios particulares brasileiros cujos moradores tinham algum grau de insegurança alimentar caiu de

30,2%, **em 2009**, para **22,6%**, **em 2013**.

Contudo, ainda é preocupante considerar

que **52** milhões de pessoas apresentavam neste mesmo ano alguma restrição alimentar ou, pelo menos, preocupação com a falta de recursos para a compra de mantimentos.

Por outro lado, é preciso atentar para a produção de alimentos e estabelecer indicadores concretos e objetivos que monitorem os avanços na agricultura sustentável e nos esforços para manter a biodiversidade. O vínculo entre o cuidado com a saúde, o combate à desnutrição e a produção sustentável de alimentos propicia um importante ciclo de vida saudável. Mas esta dimensão exige novos parâmetros para a ampliação da produtividade agrícola sem o uso de agrotóxicos e atenção especial à proteção e renda dos pequenos produtores, indígenas e pescadores.

Metas ODS 2

✔ **Meta 2.1 até 2030**, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.

✔ **Meta 2.2 até 2030**, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir até 2025 as metas acordadas internacionalmente sobre desnutrição crônica e desnutrição em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas.

ODS 3: Saúde e bem-estar

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

Com foco na saúde da população, as principais metas deste ODS estão ligadas à redução da mortalidade materna, ao fim das mortes evitáveis de bebês e crianças, ao combate a doenças transmissíveis (como AIDS, tuberculose, malária, hepatite, entre outras), além da redução das mortes prematuras por doenças não transmissíveis, como hipertensão e diabetes. O consumo de álcool, tabaco e entorpecentes também aparece com destaque.

O acesso irrestrito ao sistema público de saúde deve caminhar paralelamente aos programas de acompanhamento familiar, com ênfase em estratégias preventivas. Exemplo disto é o programa nacional Estratégia Saúde da Família (ESF), que visa à reorganização da atenção básica no país. A partir de parâmetros desenvolvidos pelo Sistema Único de Saúde, o Ministério da Saúde e os gestores estaduais e municipais conseguem expandir, qualificar e consolidar uma rede de atenção básica, que impacta diretamente na situação de saúde das pessoas e coletividades, além de propiciar uma importante relação custo-efetividade.

Metas ODS 3

✔ **Meta 3.1 até 2030**, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos.

✔ **Meta 3.2 até 2030**, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nascidos vivos.

✔ **Meta 3.3 até 2030**, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis.

✔ **Meta 3.4 até 2030**, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis (DNTs) via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar.

✔ **Meta 3.7 até 2030**, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva en estratégias e programas nacionais.

✔ **Meta 3.8** atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos.

✔ **Meta 3.b** apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, que afetam principalmente os países em desenvolvimento, proporcionar o acesso a medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis, de acordo com a Declaração de Doha, que afirma o direito dos países em desenvolvimento de utilizarem plenamente as disposições do acordo TRIPS sobre flexibilidades para proteger a saúde pública e, em particular, proporcionar o acesso a medicamentos para todos.

✔ **Meta 3.d** reforçar a capacidade de todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, para o alerta precoce, redução de riscos e gerenciamento de riscos nacionais e globais de saúde.

ODS 5: Igualdade de gênero

Alcançar igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

A desigualdade de gênero reconhecida mundialmente precisa chegar ao fim. Neste eixo destaca-se a saúde feminina e o direito da mulher sobre o seu corpo.

O Código Penal Brasileiro autoriza a realização de aborto em caso de estupro ou de risco à saúde da gestante. Em 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu autorizar a mulher a interromper a gravidez em casos de fetos anencéfalos, sem que a prática configure aborto criminoso. Ainda assim, no Brasil, o SUS atende 100 vezes mais casos pós-aborto (187 mil, em 2014) do que faz interrupções legais (1600, em 2014). Essa informação expõe falhas nas políticas contraceptivas e de combate ao aborto clandestino no Brasil.

A falta de estrutura e equipes dispostas a atender a mulher que se encontra nessa situação e a ausência de serviços médicos especializados prejudicam a saúde e o direito das mulheres.

Meta ODS 5

✔ **Meta 5.6** assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão.

Os Indicadores e seus benefícios

Os indicadores do eixo refletem o grau de desenvolvimento estrutural e educacional do município. Abarcam fatores como unidades básicas de saúde, leitos hospitalares, mortalidades por causas diversas, problemas na gestação e no nascimento do bebê, equipamentos esportivos, e doenças epidêmicas (como dengue) e de origem hídrica (como disenterias).

Indicadores referentes ao eixo Ação local para a saúde

AÇÃO LOCAL PARA A SAÚDE

- 1 Baixo peso ao nascer
- 2 Cobertura de vacinas
- 3 Contaminação de alimentos por agrotóxicos
- 4 Desnutrição infantil
- 5 Detecção de hepatite A, B, C e D
- 6 Equipamentos esportivos
- 7 Estabelecimentos que realizam interrupção voluntária de gravidez segundo a lei
- 8 Excesso de peso em adultos
- 9 Gasto municipal em saúde em proporção ao gasto total em saúde
- 10 Gravidez na adolescência
- 11 Internação hospitalar por doenças crônicas
- 12 Investimento em saúde preventiva
- 13 Leitos hospitalares
- 14 Mortalidade infantil (crianças menores de 1 ano)
- 15 Mortalidade materna
- 16 Mortalidade na infância (crianças menores de 5 anos de idade)
- 17 Mortalidade neonatal (crianças de 0 a 27 dias)
- 18 Mortalidade por Aids
- 19 Mortalidade por dengue
- 20 Mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis
- 21 Obesidade infantil
- 22 Orçamento municipal à saúde sexual e reprodutiva
- 23 Orçamento municipal de Saúde per capita
- 24 Pessoas infectadas com dengue
- 25 População atendida por equipes de saúde da Família
- 26 Pré-natal insuficiente
- 27 Prevalência de diabetes melito
- 28 Unidades Básicas de Saúde
- 29 Unidades de saúde básica que oferecem serviços de planejamento familiar

Como fazer?

Para sintetizar os conceitos apresentados sobre Ação Local para Saúde, seguem abaixo exemplos práticos bem-sucedidos que podem servir como referência ou inspiração para o seu município:

São Caetano do Sul, SP

Referência no Sistema de Saúde para a Terceira Idade

A prefeitura, por meio da Coordenadoria Municipal da Terceira Idade, oferece aos munícipes com mais de 50 anos diversos serviços em quatro Centros Integrados de Saúde e Educação (CISEs), além da Universidade Aberta para a Terceira Idade.

Além disso, em 2013, foi criado o Fundo Municipal do Idoso, determinado pela Lei 5.127, de 5 de junho de 2013. A cidade apresenta um dos maiores índices de longevidade do país, com expectativa de vida de 78,2 anos.

http://cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas/referencia-no-sistema-de-saude-para-terceira-idade

Cuba

Sistema Nacional de Saúde gera desempenhos elevados na qualidade de vida

Com a estratégia de trabalhar de forma efetiva no tratamento preventivo de problemas de saúde em geral, Cuba conseguiu reduzir a taxa de mortalidade, elevar a estimativa de vida e melhorar qualidade de vida da população.

Entre os diversos resultados positivos destacam-se: 95,2% da população do país têm acesso à água de qualidade aceitável/potável; 94% da população têm algum tipo de coleta de águas residuais e serviço de eliminação com aceitabilidade mínima para o saneamento; 36% das águas residuais do país são tratadas; além da redução nos casos de depressão devido às atividades de saúde da família, como exercícios físicos, alimentação saudável, combate à obesidade e conscientização sobre os riscos do hábito de fumar.

http://cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas/sistema-nacional-de-saude-em-cuba-traz-desempenhos-elevados-na-qualidade-de-vida

Conheça outras iniciativas relacionadas ao eixo Ação Local para Saúde em *http://cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas*

DO LOCAL PARA O GLOBAL

O que entendemos por Do Local para o Global

O conceito de "local para o global" parte da premissa de que ações locais provocam impactos globais, sejam benéficos ou prejudiciais. Da mesma forma que nosso sistema neuronal é formado por uma grande articulação de neurônios interagindo em tempo real, os municípios integrados podem criar uma rede e passar a protagonizar a solução dos problemas nacionais e até mundiais. A metáfora serve para mostrar como o local e o global estão cada vez mais articulados e interdependentes.

Neste contexto, um exemplo significativo de impacto mundial das ações locais é o aquecimento global. Nos últimos anos a temperatura média anual do planeta vem crescendo acima do esperado e, como consequência, o nível dos mares e oceanos também vem subindo. Na 21ª Conferência Mundial sobre o Clima (COP 21), realizada entre 30 de novembro e 12 de dezembro de 2015, em Paris, foi aprovado por consenso o primeiro texto universal para conter a elevação da temperatura média do planeta abaixo de 2ºC. O acordo foi assinado por 195 países. Entretanto, para que a meta seja cumprida, não basta apenas os governos nacionais adotarem estratégias firmes de enfrentamento às mudanças climáticas - é preciso também investimento e ações integradas entre os governos locais.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o acordo firmado na COP 21 visam evitar o desastre de uma mudança climática mais intensa, assim como refazer os caminhos do desenvolvimento para que não se repitam os erros até aqui acumulados, principalmente os que vêm causando a destruição de recursos naturais e os desequilíbrios ecossistêmicos. Assim, cada município pode ser considerado uma célula viva de nosso planeta, um microcosmo que deve ser muito bem cuidado para que se possa recuperar e preservar o todo ameaçado.

Ao se considerar o fluxo do local para o global (e vice-versa), recomenda-se observar alguns princípios dessa relação. Entre eles estão a colaboração, o intercâmbio de ideias e experiências, a flexibilidade, a adaptação de experiências globais para o contexto local, o coletivismo, o fomento de parcerias e da diversidade e a compreensão da importância da complementariedade das ações que visem ao bem comum.

Em conformidade com os novos parâmetros de desenvolvimento da ONU, esse eixo do Programa Cidades Sustentáveis dialoga com os ODS:

Objetivos e metas

Objetivo geral

- Assumir as responsabilidades globais pela paz, justiça, equidade, desenvolvimento sustentável, proteção ao clima e à biodiversidade.

Em um mundo globalizado, a contribuição local para o desenvolvimento sustentável mundial é cada vez mais importante, dados os impactos planetários relacionados às mudanças climáticas e à perda da biodiversidade.

Objetivos Específicos

Em 2015, a população total do planeta atingiu a marca de 7,3 bilhões de pessoas. Com efeito, quanto mais habitantes e mais cidades estiverem envolvidos nas ações de preservação, maiores são as chances de êxito. A abordagem local tem a vantagem de atingir um número menor de pessoas e interesses e, portanto, de poder mobilizar e obter melhores resultados em prazos mais curtos.

Neste sentido, é fundamental que os gestores locais elaborem e sigam uma abordagem estratégica e integrada para minimizar as alterações climáticas, e trabalhem para atingir níveis sustentáveis de emissões de gases geradores do efeito estufa; integrem a política de proteção climática nas áreas de energia, transportes, consumo, resíduos, agricultura e florestas; disseminem informações sobre as causas e os impactos prováveis das alterações climáticas; e promovam o princípio da justiça ambiental.

É essencial ainda o reforço à cooperação regional, nacional e internacional de cidades e o desenvolvimento de respostas locais para problemas globais em parceria com outros governos locais e regionais, comunidades e demais atores relevantes.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e metas específicas

Destaca-se o protagonismo local para a superação da pobreza, a redução das desigualdades socioeconômicas e das mudanças climáticas. O pressuposto é que a ação local estimula o engajamento da sociedade em processos de transformação mundial.

ODS 7: Energia limpa e acessível

Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia, para todos

Incentivar o consumo sustentável de energia é uma das principais iniciativas locais necessárias para que as cidades reduzam seu impacto global na sociedade e no meio ambiente, em especial com relação a emissões de gases poluentes decorrentes da utilização de fontes energéticas de base fóssil.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), em parceria com o organismo de Finanças de Nova Energia da Bloomberg (BNEF) e o Centro de Colaboração para o Clima e o Financiamento de Energia Sustentável da Escola de Frankfurt e da agência da ONU, em 2015 foram investidos

US$ 286 bilhões

em energias renováveis no mundo.

Trata-se do maior investimento já registrado, impedindo que

1,5

gigatonelada de gás carbônico fosse liberada na atmosfera.

De acordo com a pesquisa, o Brasil está entre os dez países que mais investiram em energias renováveis no mundo. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é referência como o quarto banco de desenvolvimento que financia projetos de energia limpa mais ativo do mundo. Em função disso, as cidades brasileiras têm a oportunidade de investir no aumento da participação de energias renováveis na matriz energética dos municípios, assim como garantir o acesso universal ao serviço de energia.

Metas ODS 7

✔ **Meta 7.1 até 2030**, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia.

✔ **Meta 7.2**, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global.

ODS 11: Cidades e comunidades sustentáveis

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

A atuação local deve prezar pela redução do número de pessoas afetadas por catástrofes e pelo amortecimento de impactos ambientais provenientes da produção econômica nas cidades. Segundo o Observatório do Clima, em 2015 mais de 25% dos municípios brasileiros decretaram situação de emergência ou calamidade pública em função de desastres naturais ligados ao clima extremo.

A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, Lei nº 12.608 de 2012, determina que compete aos municípios coordenar ações de prevenção; identificar, mapear e fiscalizar a ocupação das áreas de risco; incorporar as ações de defesa civil no planejamento municipal; e atender as populações afetadas por eventuais desastres ou incidentes.

Além disso, sugere ações de redução de desastres que abrangem os seguintes aspectos globais:

1. Prevenção de Desastres;
2. Preparação para Emergências e Desastres;
3. Resposta aos Desastres
4. Reconstrução

Meta ODS 11

✔ **Meta 11.5 até 2030**, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes climáticas e diminuir substancialmente as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao PIB global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade.

ODS 13: Ação contra a mudança global do clima

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos

Este objetivo destaca a capacidade de adaptação dos diferentes agrupamentos humanos frente ao impacto local das catástrofes naturais e das transformações no clima global. O foco principal é monitorar e interferir no combate às mudanças climáticas de um ponto de vista local.

No ano de 2009, foi instituída no país a **Política Nacional sobre a Mudança do Clima** (PNMC), por meio da Lei nº 12.187.

Esta política tem por objetivo alcançar um dos compromissos assumidos pelo Brasil junto à Organização das Nações Unidas (ONU), de reduzir entre

36,1% e 38,9%

as emissões de carbono projetadas até 2020.

Além disso, na 21ª Conferência Mundial sobre o Clima (COP-21), realizada em dezembro de 2015, em Paris, o Brasil assinou o acordo - assim como as 195 nações ali representadas - comprometendo-se a tomar medidas de redução dos impactos das mudanças climáticas. Os países definiram o objetivo de conter o aumento da média da temperatura global em 2°C até o fim do século, porém, garantindo esforços para que o aumento não passe de 1,5°C. Para essa ação global foi confirmado um repasse de US$ 100 bilhões por ano aos países em desenvolvimento.

Para que o Brasil consiga efetivar essa meta, é importante que os gestores locais tenham consciência dos instrumentos-base necessários à execução das políticas relacionadas ao tema. Além do Plano Nacional sobre Mudança do Clima e do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, é estratégia fundamental que as cidades construam Planos Municipais de Mudanças Climáticas e Fóruns Municipais sobre o mesmo tema, visando mitigar os impactos locais das alterações do clima. É igualmente crucial que articulem investimentos para a conscientização, sensibilização, formação e educação de todos os cidadãos.

Metas ODS 13

✔ **Meta 13.1** reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países.

✔ **Meta 13.2** integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais.

✔ **Meta 13.3** melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre a mitigação global do clima, adaptação, redução de impacto e alerta precoce à mudança do clima.

✔ **Meta 13.b** promover mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas.

Os Indicadores e seus benefícios

Os indicadores deste eixo focam os principais problemas causados pela deterioração do meio ambiente, pela poluição do ar, variações meteorológicas e pelos desastres ambientais.

Indicadores referentes ao eixo do local para o global

DO LOCAL PARA O GLOBAL

- 1 Centro municipal de monitoramento e Alertas de Desastres naturais
- 2 Domicílios com acesso à energia elétrica
- 3 Domicílios em áreas de risco
- 4 Gerenciamento de riscos
- 5 Impactos humanos e materiais dos eventos climáticos extremos
- 6 Mortes por desastres socioambientais
- 7 Participação de fontes renováveis na matriz energética do município
- 8 Plano Municipal de Mudanças Climáticas aprovado
- 9 Políticas de estímulo ao consumo e geração de energias renováveis
- 10 Temperatura média mensal
- 11 Total de emissões de CO_2 equivalente per capita

Como fazer?

Para sintetizar os conceitos apresentados sobre Do Local para o Global, seguem abaixo exemplos práticos bem-sucedidos que podem servir como referência ou inspiração para o seu município:

Edimburgo, Escócia

Energia eficiente para todos os ônibus da cidade

Como parte de uma estratégia permanente para reduzir a poluição em Edimburgo e em distritos vizinhos, a empresa de ônibus municipal tem investido em medidas para diminuir o impacto ambiental de sua frota. Estas ações devem contribuir para que a cidade atinja as metas do Conselho de Edimburgo, como a que prevê corte nas emissões de carbono de 42% até 2020.

Entre os principais resultados destacam-se a queda de 35% no consumo de combustíveis, de 2.000 toneladas por ano na pegada ecológica de carbono da empresa, de 184 kg de emissões de PM10 por ano, de 70% (9,6 toneladas) nas emissões anuais de nitrogênio e de 99% dos outros poluentes aéreos. Também houve aumento de 10% no número de passageiros nas rotas de ônibus híbridos.

http://cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas/energia-eficiente-para-os-onibus-de-edimburgo

Búzios, RJ

Cidade carioca busca ser referência em consumo eficiente de energia

Desde 2011, o projeto "Cidade Inteligente Búzios" vem sendo implantado pela distribuidora de energia para melhorar seu sistema de eletricidade e tornar o município o primeiro da América Latina em consumo eficiente de energia.

Além de um incentivo na área da mobilidade (principalmente ao uso de bicicletas e carros elétricos, diversas outras ações estão sendo executadas na cidade, como instalação de lâmpadas LED em ruas com microgeração eólica e outros pontos de luz telecomandados. Outro exemplo é a instalação de chuveiros de praia movidos a energia solar com placas fotovoltaicas, em vez de bombas movidas a diesel que geram poluição atmosférica e sonora.

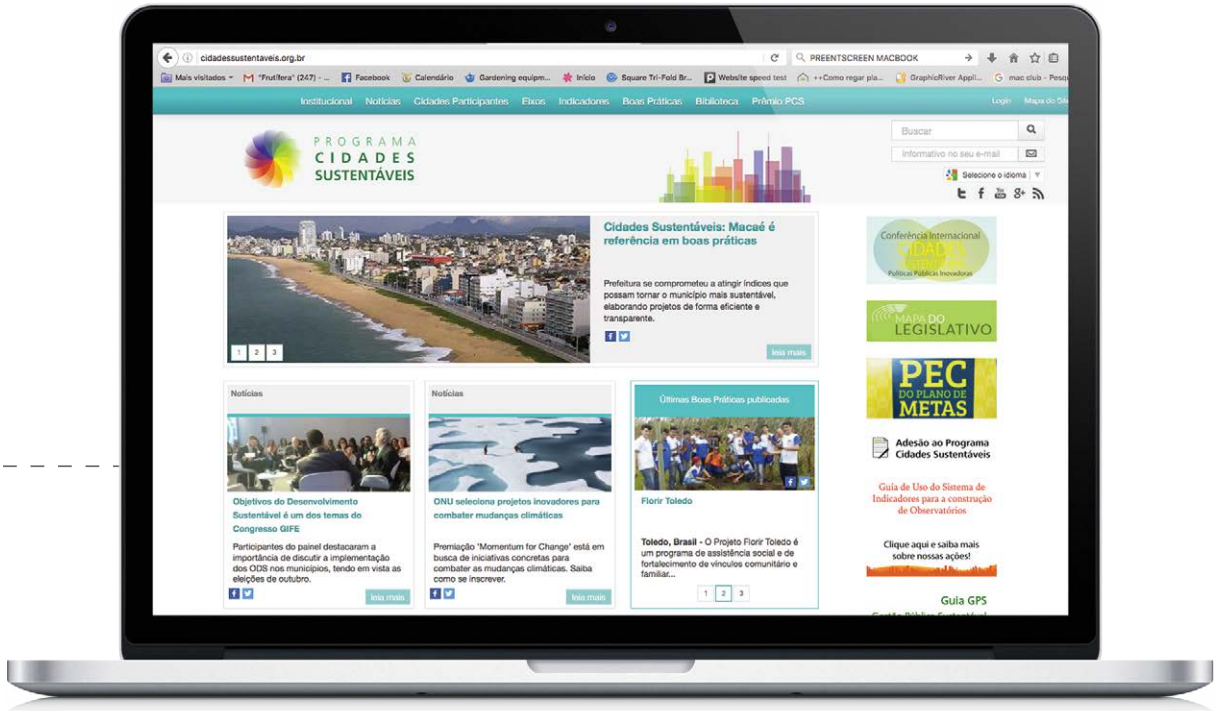
O projeto foi incluído entre os dez mais relevantes em infraestrutura urbana de todo o mundo em um relatório elaborado por uma empresa de consultoria internacional.

http://cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas/buzios-busca-ser-referencia-em-consumo-eficiente-de-energia

Conheça outras iniciativas relacionadas ao eixo Do Local para o Global em http://cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas

Todas as informações sobre o Programa Cidades Sustentáveis, incluindo Banco de Boas Práticas, Indicadores, Carta-Compromisso, estão disponíveis no portal:

www.cidadessustentaveis.org.br



PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS

www.cidadessustentaveis.org.br
contato@cidadessustentaveis.org.br

Realização

Rede Nossa São Paulo
Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis
Instituto Ethos

Apoio

Fundación Avina
Instituto Arapyaú

Parceiros nacionais

abema – associação brasileira de entidades estaduais de meio ambiente
ABM – Associação Brasileira de Municípios
afrobras – Sem Educação Não Há Liberdade
Turismo Paulista – aprecesp
Instituto akatu – Pelo consumo consciente – www.akatu.org.br
alana
fundação alphaville
ANAMMA
Atletas pelo Brasil
CBCS
CENPEC
Instituto 5 Elementos – Educação para a Sustentabilidade
Instituto Democracia e Sustentabilidade
DIEESE
Escola de Governo
FAMURS – Cidade Sustentável
Fórum Amazônia Sustentável
FNP Frente Nacional de Prefeitos
GIFE
Greenpeace
MCCE – Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral
Núcleo de Estudos do Futuro – PUC . SP . Brasil
mobilize – Mobilidade Urbana Sustentável – brasil
OAB – Conselho Federal
ONU-Habitat – Por un mejor futuro urbano
Oxfam Brasil
PNUMA
Programa de Voluntariado da Classe Contábil
RAPS – Rede de Ação Política pela Sustentabilidade
Instituto Saúde e Sustentabilidade
Sesc
ISA
SOS Mata Atlântica
Trata Brasil – Saneamento e saúde
Transition Brasil – Transition Towns Network Brasil
Todos pela Educação
UVB – União dos Vereadores do Brasil
unicef
Vitae Civilis – Cidadania e Sustentabilidade
WWF

Parceiros internacionais

aalborgplus10.dk
BID
Fundación Conama
Eco City Builders
ecodes – tiempo de actuar 20
DAC – Danish Architecture Centre – Life Build Cities
Ford Foundation
I.C.L.E.I – Governos Locais pela Sustentabilidade
La Ciudad Verde
New Cities Foundation
Open Society Foundations
Red Argentina de Municipios frente al Cambio Climático
Red Paraguaya por Ciudades Sustentables
Red Uruguaya de Ciudades Justas Democráticas y Sustentables
Sustainable Cities
thisbigcity

Patrocinadores

Bradesco
CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina
Embraer
Cultivando Água Boa
Itaipu Binacional
Nestlé – Faz Bem
Porto Seguro
Banco Safra
Semeia